



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

JOSILENE BEZERRA DE OLIVEIRA

**AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS COM A LEI
10.639/03 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE.**

**RECIFE
2019**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

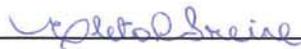
JOSILENE BEZERRA DE OLIVEIRA

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS COM A LEI
10.639/03 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE.

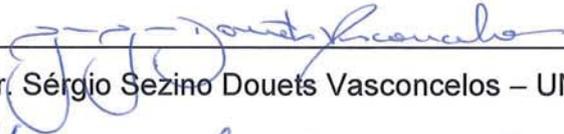
Aprovada em:

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra.

Banca examinadora



Prof.^a Dr.^a. Eleta de Carvalho Freire – UFPE Examinadora externa



Prof.^o Dr. Sérgio Sezino Douets Vasconcelos – UNICAP Examinador interno



Prof.^a Dr.^a Zuleica Dantas Pereira Campos – UNICAP (Orientadora)

JOSILENE BEZERRA DE OLIVEIRA

**AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS COM A LEI
10.639/03 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE.**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Orientadora: Dr^a. Zuleica Dantas Pereira Campos.

Área de conhecimento: Ciências Humanas: Ciências da Religião.

**RECIFE
2019**

O48r Oliveira, Josilene Bezerra de
As religiões afro-brasileiras na educação : desafios com a
lei 10.639/03 nas escolas públicas na rede municipal do Recife /
Josilene Bezerra de Oliveira, 2019.
97 f.

Orientadora: Zuleica Dantas Pereira Campos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião. Mestrado em
Ciências da Religião, 2019.

1. Ensino religioso. 2. Educação. 3. Religião nas escolas públicas.
I. Título.

CDU 299.6

Mércia Nascimento - CRB-4/788

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus e a todos que contribuíram com realização e concretização do mestrado em “Ciências da Religião”. Gratidão especial aos meus familiares. Meu pai, José Olímpio Salviano de Oliveira, minha mãe, Joseane Bezerra de Barros, ao meu companheiro, Rogério Samuel Henriques que sempre acreditou no meu potencial, e ao meu filho Samuel Meira Henriques.

A professora Zuleica Dantas, minha orientadora atenciosa e comprometida com meu aprendizado acadêmico.

A toda turma do mestrado, professores e colegas pelo conhecimento e aprendizado coletivo, ao grande amigo Eraldo Gomes de Oliveira que sempre atencioso estava presente no percurso do curso.

A Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife que me concedeu licença para estudo.

Aos professores, coordenadores e gestores da Rede Municipal do Recife que ampliaram meu conhecimento na participação das entrevistas, oferecendo contribuição para a pesquisa acadêmica.

Dedico este trabalho ao meu filho Samuel Meira Henriques, por fazer parte da minha vida e ao meu companheiro Rogério Meira Henriques.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo compreender a inserção da Lei 10.639/03 no currículo escolar das Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, contextualizando suas práticas de ensino aprendizagem com relação às religiões de Matriz Africana. Para tanto, refletimos a prática do ensino religioso e da obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira e africana as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, com a utilização da pesquisa bibliográfica, documental e utilização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa teve amparo na ideia de transformação social. Percebemos que as Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, têm uma prática de reflexão pedagógica sobre a lei 10.639/03. Uma série de medidas foram adotadas para garantir uma ressignificação do currículo escolar e estabelecer propostas para o conhecimento da história da África e do cenário afro-brasileiro. Porém, a maior parte dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Recife praticam o protestantismo popular fato que dificulta o trabalho de implementação da Lei, uma vez que muitos já chegam de suas Igrejas com uma visão pré-concebida das religiões de matriz africana. Por outro lado, ressalvamos que muitos docentes desconhecem a Lei e o entendimento da importância de uma história e cultura afro-brasileira nas escolas e que, aqueles que a conhecem, são os professores mais atuantes e inseridos nas formações continuadas fornecidas pela Rede Municipal de Ensino ou Engajados em movimentos políticos.

Palavras-chave: Religiões afro-brasileiras; educação escolar; Lei 10.639/03; relações étnico-raciais.

Abstract

The research aimed to understand Law 10.639/03 in the school curriculum of Public Schools of Recife Municipal Network, contextualizing its practices of teaching and learning regarding the religions of African Matrix. We reflected on the practice of religious education and the obligation to teach Afro-Brazilian and African History and culture in public and private schools from elementary to high school. This is a qualitative study, with the use of bibliographical, documentary and semi structured interviews. The research had support in the idea of social transformation. We noticed that the Public Schools of the Municipal Network of Recife have a practice of pedagogical reflection on Law 10.639/03. A series of measures were adopted to assure the resignification of the school curriculum and the sessions for the knowledge of the history of Africa and the Afro-Brazilian scenery. However, most of the students of Recife's Municipal Teaching Network practiced popular Protestantism, a fact that made it difficult to implement the Law, since many came to their churches with a pre-conceived view of the religions of the African matrix. On the other hand, it should be noted that many teachers are unaware of the Law and the understanding of Afro-Brazilian history and culture in schools. Those who know it are the ones who are most present and included in the continuing formation offered by the Municipal Network of Teaching or are engaged in political movements.

Keywords: Afro-Brazilian religions; schooling; Law 10.639/03; ethnic-racial relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB – Lei de diretrizes e bases

MCP – Movimento de Cultura popular

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

CONSED- Conselho Nacional de Secretários da Educação

UNDIME- União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação

EJA- Educação de Jovens e Adulto

ER- Ensino Religioso

FONAPER – Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso

LDBN- Lei de Diretrizes e Bases de Educação da Educação Nacional

ONU- Organização das Nações Unidas

UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro

CIEP- Centro Integrado de educação Pública

PDT – Partido Democrático Trabalhista

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

GTERÊ- Grupo de Trabalho da Educação das Relações Étnico-Raciais

EUA- Estados Unidos da América

MNU- Movimento Negro Unificado

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

BNCC- Base Nacional Curricular Comum

MEC- Ministério da educação

CMEI- Centro Municipal da Educação Infantil

PT- Partidos dos Trabalhadores

SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Promoção

Racial

SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e
Diversidade

PNPIR- Política Nacionais de Promoção da Igualdade Racial

DCN- Diretrizes Curriculares Nacionais.

PSB- Partido Socialista Brasileiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1-AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE.....	16
1.1 Escolas públicas da Rede Municipal do Recife.....	17
1.2 Como as religiões eram tratadas na escola pública.....	24
1.3 Como o negro e sua religião eram tratados.....	31
2-O CONHECIMENTO DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DO RECIFE.....	40
2.1-Olhares sobre as propostas: LDB e Diretrizes Curriculares Nacionais.....	41
2.2- A implementação da lei 10.639/03.....	47
2.3-Relações étnico-raciais na educação escolar da rede municipal do Recife.....	57
3-O ENSINO RELIGIOSO: DESAFIOS E AVANÇOS NA FALA DOS INTERLOCUTORES.....	67
3.1 Mudança e transformação do ensino religioso diante da prática de ensino nas escolas públicas da rede municipal do Recife.....	68
3.2 Perspectiva de ações sobre questões Étnicas-Raciais e Religiosas presentes nas Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife.....	72
3.3 Desafios: Relação professor / aluno / comunidade.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	86

INTRODUÇÃO

A educação é estruturada no conjunto de práticas sociais construídas ao longo do tempo, ela expressa pensamentos e atitudes permeada por relações culturais. Sendo assim, a religião, que faz parte da memória coletiva e afetiva dos grupos sociais, perpassa e imbrica sua estrutura.

O ponto de partida para a construção da presente dissertação, surgiu de nossa inquietação pessoal e profissional como docente. Trabalhamos na Rede Municipal do Recife como professora polivalente desde 2013, sempre no Ensino Fundamental I, com alunos entre 6 a 11 anos, a maior parte oriundos de famílias evangélicas. Pelo fato de o cristianismo ser uma religião hegemônica no Brasil, vivenciamos a problemática de trabalhar a cultura afro-brasileira, sobretudo as religiões de matriz africana. Alguns alunos reagem de forma negativa ao se deparar com o conhecimento da cultura afro-brasileira, principalmente com as religiões de matriz africana, usando até mesmo termos pejorativos em diversas situações. Foi a partir desta problemática que surgiu nosso interesse em refletir acerca dos desafios com a Lei 10.639/03 nas escolas públicas da Rede Municipal do Recife.

A escola é um ambiente de diversidade por isso não deve se limitar para só um tipo de manifestação religiosa, deve ser um espaço multicultural. Se tratando de uma relação hegemônica. Como afirma Freire:

O ponto de vista das elites, a questão se apresenta de modo claro: trata-se de acomodar as classes populares emergentes, domesticá-las em algum esquema de poder ao gosto das classes dominantes. Se já não é possível aquela mesma docilidade tradicional, se já não é possível contar com sua ausência, torna-se indispensável manipulá-las de modo a que sirvam aos interesses dominantes e não passem dos limites. Até abril de 1964 vários destes grupos se comportaram como se pudessem conseguir dos homens a renúncia à liberdade; quando a pressão social se tornou intolerável simplesmente suprimiram o regime que a permitia. Estes últimos anos da história brasileira nos fazem crer que o ponto de vista das elites não é totalmente desprovido de realismo. Se é verdade que com a crise da ordem tradicional a consciência popular alcança transitar-se, isto de modo algum quer significar (FREIRE, 1967, p.17).

Para ter visibilidade e estabelecer discursões e pesquisas sobre esse assunto, o professor precisa se debruçar no conhecimento do mesmo, desde a informação até a participação efetiva como docente transformador, que deve oportunizar a diversidade no espaço público.

É bem aparente que a Rede Municipal do Recife, na maioria das escolas, trabalha a cultura afro-brasileira especificamente no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, quando a determinação da Lei é que seja trabalhada e vivenciada durante todo ano letivo devendo ser inserida na disciplina de história.

O objetivo da Lei é inserir os estudos da História e cultura afro-brasileira nos currículos no sentido de expor e construir formas de conhecimentos, atitudes e valores que formem cidadãos que compreendam à pluralidade étnico-racial formadora da cultura e da história do Brasil.

É importante que o profissional que atua nesse espaço, possa também conhecer melhor aspectos dessa área de conhecimento para não somente instruir e auxiliar os alunos, mas para enriquecer o próprio conhecimento e aprender como são construídas as diferentes formas de expressão que engloba o ensino de história, cultura, abarcando as religiões de matriz africana, no contexto das disciplinas de história e de geografia. “Devemos aguardar, principalmente, resultados concretos” (NASCIMENTO, 2016, p.44). A cultura afro-brasileira é um agente transformador e pode igualmente exercer um papel de inclusão social.

A pesquisa teve como objetivo compreender a inserção da Lei 10.639/03 no currículo escolar das Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, contextualizando suas práticas de ensino aprendizagem com relação às religiões de Matriz Africana. Para tanto, refletimos a prática do ensino religioso e da obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas do ensino fundamental até o ensino médio.

A educação emancipatória e antirracista é vista como um eixo fundamental na construção do conhecimento voltado para o processo histórico da formação e transformação étnica dos povos brasileiros. Para alcançar estes objetivos, o presente trabalho é centrado na Lei 10.639/03, Parâmetros Curriculares Nacionais, entre outros documentos de fomento que envolve a educação.

Muitos são os desafios da educação e dos educadores da atualidade. O desenvolvimento e a implementação de estratégias de aprendizagens se fazem urgente, considerando a relação com novas tecnologias que integram nos dias de hoje a ação pedagógica. Desde 2003, em função da vigência da Lei Nº 10.639/03, a temática relacionada à história e a cultura afro-brasileira passou a ser inserida como conteúdo obrigatório nos currículos do ensino fundamental e médio. Os educadores comprometidos no ato de ministrar as referidas disciplinas precisam de

conhecimento e comprometimento dos fatos. Freire em seu livro: “Professora sim, tia não”, oferece uma grande contribuição quando expõe que: O livro físico está com um formato diferente da internet.

O fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo. Não o autoriza a ensinar o que não sabe. Responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe colocam o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática (FREIRE, 1997, p.19).

A assertiva de Freire é clara ao demonstrar que o conhecimento é uma troca mútua, mas para isso, o docente deve estar embasado do conhecimento dos fatos para tornar a aprendizagem cada vez mais significativa, no intuito de formar cidadãos pensantes, críticos e consciente dos seus direitos e deveres.

Dessa forma, a metodologia qualitativa empregada na nossa pesquisa implica no entendimento de que os dados adquiridos não podem fazer numeração, não devem configurar representações estatísticas, o foco do trabalho é a parte subjetiva do problema.

As informações coletadas levaram em consideração comportamentos, experiências, motivação e atitudes de determinados grupos. Permitiu o conhecimento através dos anseios dos interlocutores envolvidos, viabilizou o conjunto de ideias contidas nos livros e na Lei, através de observações, entrevistas, leituras e análise documental.

Para Minayo (2001) a pesquisa social precisa de amparo no processo histórico do indivíduo. A história e a relação social enriquecem o campo da pesquisa qualitativa e faz uma aproximação das ciências sociais com a metodologia utilizada na relevância das subjetividades de cada um. “É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo” (MINAYO, 2001, p.16). A mesma ainda afirma que:

A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos das aspirações, das crenças dos valores, das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se

distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2001, p. 21).

Para Gil (1994), a observação deve ser planejada e atenta no intuito de compreender o assunto abordado, com a maior veracidade possível, no comprometimento explicativo com a ciência na tentativa de uma pesquisa coerente e confiável.

As entrevistas semiestruturadas foram introduzidas para melhor interação e compreensão dos fatos. Como informa Gil: “A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1994, p.113). A mesma foi realizada com profissionais (gestor/a ou professor/a). Para uma diagnose contundente foi necessário a participação desses profissionais da Rede Municipal do Recife como observação e escuta dos sujeitos no processo de legitimação da legislação sobre a educação das relações étnica- raciais a partir do diálogo entre a comunidade escolar a respeito do ensino religioso, avanços e dificuldades no espaço institucional.

Realizamos também uma análise documental das seguintes fontes: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnicos-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a Resolução N°1, de 17 de junho de 2004.

O presente trabalho exprime uma satisfação pessoal e profissional, porém ainda deixa uma lacuna em determinados assuntos por conta da dinâmica do referido tema abordado. A dissertação menciona diálogos relevantes acerca do conhecimento da Lei 10.639/03, que terá contribuição da visão acadêmica e no conhecimento empírico dos atores e protagonistas das instituições escolares da Rede Municipal do Recife.

A pesquisa teve amparo na ideia de transformação social e deve provocar uma mudança na forma da autora ver o mundo, olhar as pessoas, alterar a prática e respeitar a peculiaridade de cada um, sempre valorizando aspectos socioculturais.

Apresentamos abaixo como estão organizados os capítulos, sabendo que, pela complexidade dos temas aportados, não pretendem garantir a exaustão da discussão abordada.

A dissertação está dividida em três capítulos mostrando a relação que a Rede

Municipal do Recife tem com a educação e a Lei 10. 639/03. No primeiro capítulo discutimos o processo histórico e contemporâneo das Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife desde o processo de organização até a institucionalização da Rede. Para isso servimo-nos da contribuição teórica de autores que discutem no campo da educação e das ciências da religião. Nosso intuito foi contribuir junto com as Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife a construção de conhecimentos pedagógicos com ênfase nas ações de implementação da referida legislação e estreitamento do diálogo com a comunidade escolar. Segundo Alves (2005, p.20), “quer queiramos, ou não, as valorizações estão presentes tanto no pensamento científico quanto no senso comum”.

No segundo capítulo foi realizado uma revisão bibliográfica para contextualização histórica entre as religiões de matriz africana (Umbanda e Candomblé), fazendo intersecções com a Lei 10.639/03. Investigamos a participação das Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, na atuação do ensino religioso vivenciados na área pedagógica, precisamente a implementação da legislação sobre história e cultura africana e afro-brasileira.

No terceiro e último capítulo analisamos as modificações sociais e religiosas encontradas no ensino religioso vivenciado pelo docente diante da prática de ensino. A contextualização foi contemplada com o estudo sobre as questões étnicas - raciais e religiosas.

É importante acrescentar que a presente pesquisa pretende colaborar com explicações em direção ao enriquecimento da aprendizagem cultural e religiosa nas Escolas das Redes Públicas Municipais do Recife. Acreditamos que a escola emancipatória, democrática e antirracista deve solidificar a prática pedagógica voltada para o conhecimento da Lei 10. 639/03 que reafirma um direito constitucional e identifica grupos étnicos que construíram a base do povo brasileiro. Em janeiro de 2019 a lei completou 16 anos. As Diretrizes Curriculares defendem que é papel da escola desconstruir as representações recorrentes que minimizam o papel do negro. Vejamos a seguir nosso contributo.

1-AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE.

A religião desempenhou uma parte estratégica no experimento humano da construção do mundo, ela representa a manifestação, dos seus próprios sentidos da realidade. Para Durkheim, as diversas práticas do indivíduo, é influenciada pela sociedade em que está envolvido. Sendo assim, suas ações são fortemente influenciada pela consciência coletiva (1996). O estudo das religiões vivenciado pelo docente contribui para um conhecimento das religiões de modo geral e em especial, as afro-brasileiras, na perspectiva de envolver mecanismos de direitos, justiça social e reivindicação, reconhecendo-as como patrimônio cultural.

Com os avanços da educação brasileira as Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, ganham autonomia para uma reflexão pedagógica sobre a lei 10.639/03. Com isso, uma série de medidas foram adotadas para garantir uma ressignificação do currículo escolar e estabelecer propostas para o conhecimento da história da África e do cenário afro-brasileiro, que está inserida as religiões de matriz africana sendo parte da formação cultural brasileira. Sergio Junqueira (2002) deixa entender que a religião através de seus diversos segmentos, mostra diferenciados aspectos e característica de acordo com a identificação de cada pessoa, direcionando caminhos culturais de prazer e gosto em cada geração. Diante deste assunto o Governo Federal,

Criou, em 21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo (BRASÍLIA, 2005, p.8).

As tradições religiosas, não só desenvolveram os estudos e investigações das religiões como são instigação a uma compreensão mais adequada da história e do significado contemporâneo.

No século XIX motivos importantes contribuíram para a dissociabilidade entre império e sacerdócio, aspectos culturais, econômicos, políticos, e sociais foram pontos de partida no processo de laicização. Com a liberdade e a democracia e a emancipação religiosa, a educação ganha fortalecimento. Como informa Santos:

O conhecimento das diferenças, sob um critério científico próprio da instrumentalidade do ensino religioso, propicia ao aluno um rol de

alternativas positivas para que ele possa agir diante de situações que seus interlocutores apresentem traços culturais, religiosos, de personalidade e de reação diferentes dos seus. A ênfase no conhecimento da pluralidade, a capacidade de tecermos comparações, de perscrutarmos as semelhanças, de encontrarmos nas diferentes religiões os mesmos fins próprios da fé e da religiosidade, possibilita ao aluno a convivência harmônica com seus semelhantes (SANTOS, 2009, p.7).

Segundo Berger, “A relação dialética entre a religião e a sociedade impossibilita os enfoques doutrinário quer do idealismo, quer do materialismo” (1985, p. 140). A cultura e a religião estão entrelaçadas, no Brasil foi ressignificadas e assumem bases extremamente importantes na educação e na construção política e identitária brasileira. A dinâmica da cultura de uma sociedade promove leitura da vivência social, os símbolos sagrados e seus significados monta o mosaico da relação cultural da sociedade no espaço religioso. Ainda seguindo a visão de Berger:

A sociedade é um fenômeno dialético por ser um produto humano, e nada mais que um produto humano, que, no entanto, retroage continuamente sobre o seu produtor. A sociedade é um produto do homem. Não tem outro ser exceto aquele que lhe é conferido pela atividade e consciência humana. Não pode haver realidade social sem o homem. Pode-se também afirmar, no entanto, que o homem é um produto da sociedade (BERGER, 1985, p. 15).

É dentro deste contexto que o objetivo deste capítulo é descrever historicamente cenário das Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, suas práticas de ensino aprendizagem para, em seguida, entender como as religiões eram trabalhadas nas escolas e, por fim, discutirmos a importância que o negro e sua religião começam a adquirir através da Lei 10.639/2003.

1.1 - Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife

O aparecimento das Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife está relacionado ao ganho da autonomia conquistada com o surgimento da república, no favorecimento ao município na prestação de serviços do ensino primário para a população do Recife. Remonta a Instituição da Rede Municipal do Recife no século XIX, exatamente no ano 1895, porque institui as três primeiras escolas municipais em conjunto com o governo do estado, foi o início de um fato histórico que necessita de prática até hoje (RECIFE, 2014).

A Escola de Santo Amaro das Salinas, a Escola Pinto Damasco no bairro da

Várzea e a Escola Municipal da Iputinga, foram pioneiras na construção das escolas públicas do Recife. Nessa época Recife passa por crescente desenvolvimento populacional, acolhendo pessoas sem restrição, porém ainda existiam muitas dificuldades de a família pobre manter mais de um filho na escola (RECIFE, 2000), “Mas não é suficiente enunciar o fato da desigualdade social e sim descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação continua das crianças desfavorecidas.” (BOURDIEU, 2015, p. 45).

Com o surgimento de novas escolas o quantitativo em 1897 supera 100 instituições escolares, quando surge a necessidade de o governo local criar um corpo administrativo como o conselho municipal, estabelecendo uma base hierárquica para a ação de apoio na base escolar, diretores de grupo escolar e os professores tinham participação nas decisões escolares (RECIFE, 200).

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais favorecidos são necessários e suficientes que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos sistemas de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema é levado a dar sua sanção às desigualdades sociais diante da cultura (BOURDIEU, 2015, p. 59).

Logo no começo da educação escolar municipal, as escolas se estabeleciam em sua maioria nas casas arrendadas pela prefeitura para acolher diversos bairros da cidade. Mesmo no século XX, números maiores de quantidades de escolas municipais eram investidas no bairro da Boa Vista, algumas conhecidas como Escolas Isoladas, funcionando somente com um tutor que habitava na própria escola com sua família compartilhando um cômodo para oferecer as aulas geralmente localizadas em bairros por volta das comunidades. No mesmo século a Rede Escolar Municipal do Recife apresenta diversas limitações. As arrumações e estruturas físicas exibiam vários problemas, assim como aspectos globais de funcionamento, sobretudo, a falta de verba era o ponto crucial. A localização das escolas não era satisfatória, a ausência de prédios apropriados, e professores com dificuldades ao acesso. As escolas apresentavam qualidades inapropriadas de realizar atividades escolares. (RECIFE, 2000).

Já no século XXI, a Rede Municipal do Recife atualmente gerida pelo Prefeito: Geraldo Júlio de Mello Filho, filiado ao (PSB), conta com políticas públicas e documentos redigidos em cadernos para facilitar o conhecimento dos profissionais

da educação, com relação às normas e técnicas definida pelo Ministério da Educação e a própria Secretaria de Educação da cidade do Recife. Assim afirma:

Nesse contexto, o GT de elaboração da Política de Ensino promoveu a adequação do currículo às novas demandas e exigências sociais, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica – 2010; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – 2010; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – 2012; o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020; o Plano Nacional de Educação - 2014; os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil – 2009; o Ensino Fundamental de Nove Anos, e Orientações para Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade – 2009; as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais, e para o Ensino de História Africana e Afrobrasileira-2006; e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – 2008 (RECIFE, 2019, p.14-15).

Nos últimos dois anos, constituíram alargados estudos e um extenso método de debates coletivos e revisão das matrizes curriculares, e documentos introdutórios da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife. As matrizes curriculares constituíram umas revisadas com o alvo de acolher às demandas internas e externas, e que foi concretizada *em* um procedimento colaborativo, cuja premissa foi o olhar direcionado ao currículo no dia-dia das técnicas pedagógicas das unidades escolares, referendado por mobilidades de ensino, inovações de identidades profissionais, receber, sobretudo, à reivindicação dos docentes para a máxima atenção aos embasamentos teórico-metodológicos, ajustados nas tomadas de decisões. (RECIFE, 2019).

O Portal da educação, mostra algumas medidas tomadas pela Rede Municipal do Recife com relação aos projetos e ações na educação escolar. A Prefeitura do Recife com 307 unidades educacionais já fez investimento de mais de 25% da receita na área da educação, diante do cumprimento da Constituição Federal, admite que ainda exista escolas em condições difíceis, mas que está trabalhando na tentativa de reconstrução das escolas antigas e de construção de novas redes e creches-escolas. O mesmo portal ainda revela que A Rede Municipal do Recife está entrelaçada com os recursos tecnológicos, quando a Secretaria de Educação implantou o diário de classe e a matrícula online, direcionando a educação para a modernização tecnológica do século XXI.

Freire (1996) mostra que o espaço escolar é uma relação sugerida para formação convívio social entre diferentes culturas. Apresenta sua obrigatoriedade

definida por lei, à responsabilidade de formar para a valorização das diferenças. Ainda de acordo com o livro destacado, a política da época era dirigida pela burguesia antidemocrática e o coronelismo que deixava a população submissa e refém da ignorância, sendo uma espécie de dominação da população. Período de uma república com necessidades de transformação. O livro “Política de Ensino da Rede Municipal do Recife” por Jair Gomes, Jucelino Lima e Pedro Correa. contribui com informações referente ao processo de instalação das escolas Públicas da Rede Municipal do Recife retomando um assunto do passado quanto ao surgimento, mas que mostra favorecimento ao estudo da história das escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, informações também adquiridas em (RECIFE, 2000).

A partir das décadas de 1910 e 1920, o impulso e disposição pela educação retomam. A educação calha a ter um aspecto quantitativo, diminuindo a ideia do crescimento escolar e no trabalho de alfabetização do povo. No começo, este movimento é atribuído as mudanças ocorridas na transição do Império para República, estando logo adiante retomada nas décadas mencionadas, conseguindo o auge nessa última década (RECIFE 2000). Saviani aborda a questão pedagógica com uma visão política social e mostra que:

Assim, no caso da pedagogia da existência, e da essência, a burguesia constrói os argumentos que defendem a pedagogia da existência contra a pedagogia da essência, pintando essa última como algo medieval. Nesse sentido ela deixa de assumir a pedagogia da essência como uma construção dela própria (SAVIANI, 1995, p.53).

Já Freire nos informa que quando vivemos a peculiaridade oferecida pela prática de ensinar e assimilar, participamos de uma experiência de excelência na política, ideologia, vivencia pedagógica, estética e ética, em que a beleza deve estar conectada e unida com a dignidade e a honestidade. A contribuição de Freire ainda é mais ampla quando explica:

O professor que pensa certa deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser reproduzido, o conhecimento novo supera aquele que já foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã (FREIRE, 1996, p.28).

Nos anos 30 com a extensão da mobilização do movimento Escola Nova, construiu condições melhores para as práticas didáticas e pedagógicas na rede

escolar da prefeitura do Recife, adquirindo uma característica mais de informação do que de conhecimento significativo. A empreitada pela propagação da escola primária tinha o objetivo de condenar o analfabetismo, o país queria se transformar pela modernização, mas concentração de analfabetos impedia o processo de mão de obra qualificada para a inserção de sociedade urbanizada e industrial. Uma cidade com indústria precisa de funcionários com leitura e escrita para suprir necessidades complexas de uma sociedade no mundo modernizado (RECIFE, 2000).

A educação vale como um bem de mercado, e por isso é paga e às vezes custa caro. Vale como um instrumento cujos segredos se programam nos gabinetes onde estão os emissários dos intermediários dos interesses políticos postos sobre a educação. Esta é a sua dupla dimensão de valor capitalista: a) valer como alguma coisa cuja posse se detém para uso próprio ou de grupos reduzidos, que se vede e compra; b) valer como instrumento de controle das pessoas, das classes sociais subalternas, pelo poder de difusão das ideias de quem controla o seu exercício (BRANDÃO, 2005, p. 93-94).

O analfabetismo no Brasil mostra forte presença até hoje, o número de analfabetos entre idosos é ainda maior, a pesquisa revela diferença e modificações de acordo com os estados brasileiros. Com a universalização do direito a educação os jovens estão tendo ingresso às escolas, mesmo assim, a taxa de jovens analfabetos é bastante elevada.

Para Calçade, os políticos vêm se apropriando desse discurso para as conquistas políticas, sendo uma fala extremamente explorada nas campanhas. As Escolas da Rede Pública Municipal, junto com políticas públicas tentam sanar este problema na sociedade recifense. “A média da taxa de pessoas analfabetas é maior nas regiões Nordeste e Norte, seguidas do Centro-Oeste, Sudeste e Sul” (CALÇADE, 2018). Para Saviani o caminho está superlotado de emboscadas, já que os mecanismos de acomodação acionados periodicamente a partir dos negócios dominantes podem ser embaraçados com os anseios da classe dominada. Para impedir esse risco é indispensável progredir no sentido de apreender a natureza específica da instrução (SAVIANI, 1995).

Com a urbanização e ampliação da cidade do Recife, começa a aparecer surtos de doenças, existindo uma preocupação dos governantes em ampliar o número de escolas para conscientizar e instruir a população recifense a respeito da saúde pública. A rede escolar municipal teve papel importante nesse aspecto. Rúdio

se expressa claramente favorecendo a educação quando diz:

O educador é um artista. Pelo seu trabalho produz uma “formação” na alma do educando. “Formar” é então, “esculpir” no jovem um ideal de perfeição humana. A educação é por tanto um processo que se realiza de fora para dentro do educando. Este é como o mármore que recebe a modelagem. O educador é quem possui o ideal a ser concretizado, quem possui o modelo, quem conhece os instrumentos e quem sabe utilizar as estratégias necessárias. Cabe ao educando ser dócil e emprestar sua colaboração a fim de que o educador possa produzir nele a obra de formação (RÚDIO, 1983, p. 23).

O aumento da população, a saúde, higiene, urbanização e a educação pública eram assuntos abordados no sentido de modernização da cidade. O problema da saúde e higiene não seria concertado de forma isolada. A instrução dos cidadãos não era uma dificuldade complementar a saúde, mas sim, um problema fundamental para ser resolvido, sendo o gatilho para ampliar o conhecimento, tanto para dar suporte às indústrias como para sanar o número de doenças adquiridas pela falta de informação. Diverso fator causou o aumento urbano e conseqüentemente o escolar, foi o caminho percorrido pelas vias urbanas: Campo Grande, Várzea, Afogados, Madalena, Capanga Arraial foram lugares onde apareceram escolas e veículo escolares. (RECIFE, 2000).

A educação escolar é o aparelhamento mais admirável, processo para novos progressos ambientais e de cidadania que a sociedade necessita obter. “Nesse sentido, uma prática educativa em que a educação ambiental esteja sendo sedimentada, deve ser uma prática participativa” (RECIFE, 2014, p. 80). Hoje a Rede Municipal de Ensino do Recife disponibiliza várias escolas ao redor da cidade recifense, com fardamento escolar gratuito, alimentação (merenda escolar) e material pedagógico, além de ações e vários projetos pedagógicos bastante relevantes.

Como descrito, a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife tem como princípio uma vinculação estreita entre os processos educativos e a realidade vivida, numa perspectiva integradora das relações sociedade-natureza. É nesse contexto, que surge a Escola Ambiental Águas do Capibaribe – EAAC, que tem como sala de aula flutuante a embarcação Águas do Capibaribe (RECIFE, 2014, p. 87).

Nos documentos municipais, é constante a preocupação com os aspectos físicos das escolas. A estrutura física das escolas vem aos poucos tomando novo formato em busca de um sistema educacional de qualidade, com formação

continuada para os professores, material didático tecnológico para docentes e alunos. Já em épocas anteriores como 1931, a escola pública municipal do Recife não era coerente com os desfavorecidos, pois para ter a permanência de um filho na escola, era necessário disponibilizar de meios pecuniários para adquirir de forma obrigatória, fardamento completo e material didático que na ocasião era de acesso complicado. Essa cobrança separava de forma muito explícita as crianças sem condições financeiras. Segundo Bourdieu, “Vê-se aqui, que as vantagens e desvantagens são cumulativas, pelo fato de as escolhas iniciais, escolha de estabelecimento e escolha de seção, definirem irreversivelmente os destinos escolares” (BOURDIEU, 2015, p. 56).

Para Freire o assunto com olhar crítico, é tão impraticável recusar a natureza política do processo educativo quanto negar a maneira educativa do ato político, a política é necessária nas escolas e comunidades, quando esclarecedora favorece a democracia minimizando a pressão e discriminação. O político transparente e esclarecedor torna a sociedade mais livre e justa, sendo o político servidor da sociedade. Freire ainda reafirma que:

As contradições que caracterizam a sociedade como está sendo penetram a intimidade das instituições pedagógicas em que a educação sistemática se está dando e alteram o seu papel ou o seu esforço reprodutor da ideologia dominante. Na medida em que compreendemos a educação, de um lado, reproduzindo a ideologia dominante, mas de outro, proporcionando, independentemente da intensão de quem tem o poder, a negação daquela ideologia (ou o seu desvelamento) pela confrontação entre ela e a realidade (como de fato está sendo e não como o discurso oficial diz que ela é), realidade vivida pelos educandos e pelos educadores, percebemos a inviabilidade de uma educação neutra (FREIRE, 2008, p. 24-25).

Em meios do século XX nasce o Movimento de Cultura Popular (MCP). As ações populares dedicaram cuidados à educação de adultos, adotando a metodologia de Paulo Freire, coligado a uma equipe de mestres comprometidos com a transformação da sociedade. O MCP teve uma função social bastante expressiva, abrangendo a inserção da educação básica ao projeto que trabalhava com música, teatro e artes plásticas. O ponto de apoio era uma sede localizada no Sítio da Trindade, no bairro de Casa Amarela, na cidade do Recife. A finalidade do movimento era promover qualidade na vida do trabalhador e do povo carente, oferecendo promoção cultural e educacional. O Recife não existia estabelecido

orçamento, dotação peculiar para educação, então pelo meio de comerciantes foram proporcionadas, contribuição para garantir o salário dos docentes (RECIFE, 2014). O livro “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER “, também relata o movimento:

Ainda em 1958, os pernambucanos convocavam o segundo congresso a um trabalho educativo com o homem e não para o homem; a substituição da aula expositiva pelo discurso; a utilização de modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais etc. Assim, 1958 foi o pórtico por onde passaram os movimentos de educação popular dos anos 60, pois em ambos os momentos emergiram as preocupações com a “participação popular nas decisões políticas, através da ampliação das bases eleitorais e a aceitação de que os problemas brasileiros se resolveriam através do aceleração do processo de desenvolvimento e da mudança social que deveriam acompanhá-lo” (GÓES, 1991, p. 48).

As escolas da Rede Municipal do Recife decidiram entrar no MCP, que incentivou a educação envolvida no ensino para jovens e adultos e impulsionou o estabelecimento de escolas. Ao completo, duzentas e uma (201) escolas, com seiscentas e vinte e seis (626) salas, dezenove mil seiscentos e quarenta e cinco (19.645) alunos, quatrocentos e cinquenta e dois (452) docentes e cento e setenta e quatro (174) monitores. O projeto teve a participação de colaboradores, que na maioria das vezes era comerciante local. O acontecimento do trabalho foi tão grandioso que os idealizadores foram escolhidos para passar conhecimento para outros estados das regiões do Brasil . As escolas foram agrupadas à Fundação Guararapes (RECIFE, 2014).

Com o fim do regime militar, acende na secretaria de educação do Recife a sugestão de acolher as comunidades do Recife em uma esperança de ampliar a educação popular, aperfeiçoando e desenvolvendo o período da alfabetização. Não só gerar o aprendizado dos estudantes, todavia ainda incentivar formação pedagógica dos docentes. “Garantir não só a permanência da criança na escola, mas oferece-lhe um ensino de qualidade, proporciona-lhe compreender, interpretar e transformar a realidade em que vivia” (RECIFE, 2014, p. 23).

No transcorrer do processo histórico e político, a Rede Municipal do Recife foi a procura de novidade e inclusão, sendo formuladora da implementação das políticas públicas, para desempenho na construção de projetos sociais com propostas pedagógicas direcionadas para os princípios do conhecimento, informação, solidariedade, justiça social e princípios éticos. Um marco nesse

processo se encontra na administração do Partido dos Trabalhadores, com o governo de João Paulo Lima e Silva de 2001 até 2008. Nesse período foi implementado nas Escolas Municipais providências para a promoção das relações étnico-raciais e o respeito ao multiculturalismo: “O debate contemporâneo no campo curricular reconhece a escola como espaço-tempo de luta pela significação da diferença cultural, afinal ela acolhe uma diversidade de leitura sobre ser e está no mundo” (RECIFE, 2014). Dessa forma, a formação do sujeito se dá na perspectiva democrática, associada o respeito à diversidade.

Nesta mesma década o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que governou entre (2003 e 2011), cria o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Este documento contempla direitos para a construção da educação emancipatória com qualidade na luta da justiça social. O plano apresenta propostas argumentadas e dialogadas pela UNESCO, o CONSED, a UNDIME. Como informa Bezerra e Dantas:

A Conferência Mundial contra o Racismo, a discriminação racial, xenofobia e formas correlatas de intolerância (Durban/2001) solicitou que os estados desenvolvessem programas culturais e educacionais que combatam o racismo, a discriminação racial a xenofobia e a intolerância correlata, com o intuito de assegurar à dignidade e valor de todos os seres humanos e para aumentar o entendimento mútuo entre todas as culturas e civilizações (BEZERRA; DANTAS. 2007, p.22).

É assim que no século XXI a interação entre docente e educando ganha força para uma educação inclusiva e participativa, sendo vivenciada na sugerida práticas com respeito a humanidade no acordar da aprendizagem significativa. “As experiências vivenciadas dentro e fora da escola, com a família, amigos, e a comunidade em geral, por exemplo, são constitutivas do desenvolvimento e da identidade da criança” (RECIFE, 2015, p.26). O diálogo entre professor e aluno deve possibilitar uma relação efetiva que use construções para ajudar na batalha contra preconceito e o racismo.

A Instrução na direção antirracista, lança uma revolução nas mentalidades, ao reconhecer o papel de diferentes povos no conjunto sócio cultural e educacional brasileiro, num procedimento interdisciplinar, dialógico, com conexão de conhecimento, permitindo uma pluralidade de visões de mundo. O Brasil é um país de qualidades multirraciais e pluricultural, e promover os direitos de aprendizagem a

estudantes de diversos grupos sociais e étnico-raciais, significa identificar e valorizar os processos históricos e socioculturais característicos de pessoas excluídas pela sociedade por culturas discriminadas, vivenciados por esses grupos, um dos fatores muitas vezes desconsiderados na reconstrução da cidadania (RECIFE, 2015).

Nos dias atuais as Escolas da Rede Municipal de Ensino do Recife, tem como gestor o Prefeito Geraldo Júlio de Mello Filho. Vêm adotando práticas estabelecidas ao longo dos anos, sendo ressaltado e mudado o currículo escolar de acordo com o propósito e necessidade do aluno, para um ensino-aprendizagem volvida com a educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Todo prosseguimento segue como parâmetro as diretrizes curriculares que acolha alunos com deficiência (RECIFE, 2014).

1.2 Como as religiões eram tratadas na escola pública.

No documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil do ano de 2007, ao discutir a situação o ensino religioso nas escolas afirma que:

Esta situação do ER na escola tem início com a chegada dos jesuítas, em 1549, para assumir o seu importante papel na educação em terras de além-mar. Sob a responsabilidades de outros educadores hoje, esses nem sempre contam com a liberdade que tiveram os jesuítas, considerados os primeiros educadores a se ingressar no ambiente escolar brasileiro! E mais, foram eles os “primeiros professores do ensino religioso. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2007, p.38).

O Brasil com estrutura geográfica continental, ao longo do tempo recebeu influência de diferentes culturas e, portanto múltiplas religiões. Historicamente, como vimos acima, foi a partir da relação estabelecida entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica que se principia o ensino religioso nas nossas escolas. É importante destacar que este, vai se transformando de acordo com o cenário político vigente. Como informa Junqueira:

Por meio da relação estabelecida entre o Estado e a Igreja Católica, esta responsável pela estruturação educacional do país, o ensino religioso na escola brasileira foi inserido na estratégia da educação como um todo, como um meio para garantir a cristianização. Por um período tentou-se homogeneizar as instituições educacionais, pois desde o início da presença e ação portuguesa o ensino era um dos meios usados pra “dilatara fé e o império” e por isso praticamente estava restrito aos seminários e colégios católicos (JUNQUEIRA, 2002, p.9).

Em meio da chegada da família real para o Brasil (1808) e a independência (1822), a principal preocupação do governo naquele período era a constituição intelectual das elites dirigentes do país. A partir daí, aparece a preocupação da viabilização da educação superior e priorizaram a ideia de escolas superiores. Portanto, o ensino primário era pouco expandido. É com a independência e o pensamento iluminista que a educação fundamental passa a ser complacente (PILLETI, 2012).

De acordo com Valnir Chagas (1980), em meados do século XIX, mais precisamente 1854, seguindo os padrões franceses, o ensino primário no Brasil foi dividido em elementar e superior. No elementar, ensinava-se instrução moral e religiosas. Deve-se lembrar aqui que a Constituição Republicana brasileira de 1891 separava a Igreja do Estado.

Embora o aumento das escolas públicas na década de trinta no século XX, as escolas ainda eram meramente religiosas. Com o processo de desenvolvimento industrial, o cenário urbano reivindica alterações no jeito religioso escolar e com as tradições religiosas. A população urbana é estruturada por migrantes de múltiplas regiões do mundo com suas diversas crenças e heranças culturais. Ainda de tal modo a discussão a respeito de instrução religiosa não foi superada, prosseguindo uma apreensão de ensino da religião no aspecto de homogeneização cultural (JUNQUEIRA, 2002).

O tipo de sociedade acima descrito não conseguiu, no entanto, modificar significativamente o cenário organizacional religioso dos preceitos escolares. Nesse caso, a escola parece repensar sobre as relações hegemônicas vividas em grande parte da sociedade em que a religião da classe dominante é a que merece e deve ser reverenciada.

Na Constituição de 1934, lembranças de discussões entre leigos e católicos, o Ensino Religioso aconteceu de ser trajado como disciplina de matrícula facultativa, ministrado de acordo com a convicção religiosa do aluno, compondo matéria nos horários normais das escolas públicas. O panorama político do momento visava um projeto de sociedade brasileira. Do mesmo modo se buscava resguardar a liberdade religiosa e a confessionalidade como prática pedagógica.

No final do século XX, mais precisamente no ano de 1995, foi criado o Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso – FONAPER com o objetivo de repensar o Ensino Religioso, em consonância com o contexto sociocultural e político do momento. Ou seja, buscar um ensino religioso visando uma aproximação inter-

religiosa. Como informa a home *page* do FONAPER,

“Grupos de educadores, entidades religiosas, universidades e secretarias de educação, sentiam a necessidade de encaminhar uma nova forma de ministrar o Ensino Religioso, que acolhesse a diversidade cultural religiosa brasileira” (<http://www.fonaper.com.br>).

É dessa forma que o ensino religioso recebe a contribuição do Fórum Nacional Permanente de Ensino religioso (FONAPER), entre o século XX e XXI. Acertando encaminhamentos na prática das modificações na educação religiosa, que favorece a abrangência do currículo escolar, na discussão e edificação de ferramentas legais. “O atual momento é marcado por uma sociedade civil ainda distante de conquistar uma vida digna que lhe é de direito” (JUNQUEIRA, 2002, p.22).

O ambiente escolar apresenta como incumbência a aprendizagem, especificamente a informação das religiões como analogia a cultura e fenômeno religioso, na afirmativa da participação ativa do processo histórico atual na biografia da humanidade. Chegando a esse reconhecimento e a importância a educação religiosa, se afirma e fomenta movida na Carta Magna Americana, sendo a primeira constituição que assegura a educação oferecida nos estabelecimentos de ensino públicos, devendo ser laico favorecendo a liberdade aos diversos cultos religiosos. Grupos de pesquisadores, estudantes, estudiosos e cientistas das religiões, em encontros para estudo, mostram um aspecto adequado na visão da implementação da educação religiosa nas instituições escolares, aborda as questões baseado no Conselho Nacional de Educação. Explicitando que:

O Conselho Nacional de Educação, encontrando dificuldades em reconhecer os cursos de Licenciatura em Graduação Plena em Ensino Religioso, remete aos respectivos sistemas a função deliberativa da formação e da admissão de professores no respectivos quadros de magistério, uma vez que a maior parte da sociedade brasileira é portadora do imaginário que se formou do referido ensino religioso no Brasil como algo próprio das religiões. Assim, os respectivos estados amparados pela própria LDBN que lhes concede autonomia para esta e outras iniciativas, ora avançam em direção em busca de soluções fundadas em princípios mais avançados, em se tratando da visão de educação para os novos tempos, ora se mantém em posição de resistência e chegam ao retrocesso por não contarem com equipe pedagógica portadoras de tal visão. Há casos em setores da equipe pedagógica dificultam a inclusão de propostas de ER no Projeto Político Pedagógico em nível estadual e local. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2007, p. 20-21).

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é componente integrante do

entendimento na básica do cidadão e institui disciplina dos horários habituais das escolas públicas de ensino fundamental, garantido o respeito à diferença cultural religiosa do Brasil, proibidas quaisquer formas de proselitismo. Os sistemas de educação regulamentarão os processos para a demarcação dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão os preceitos para a habilitação e aprovação dos docentes. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

É de grande valia para a sociedade uma educação que defenda a busca de entrosamento relacionado às religiões como fonte básica e admirável, não só na disciplina, como de forma interdisciplinar na expectativa de fazer um diálogo contínuo com os demais espaços do conhecimento.

O pensamento da época em que se distinguiu ensino religioso ministrado na escola, da catequese própria da comunidade da fé, a religiosidade foi tomada como elemento presente em ambas situações e tomada como algo imprescindível para a compreensão do sujeito religioso dentro ou fora da religião. Isto a partir de dentro ou de fora da mesma; ou que se declare ateu, ou mesmo indiferente, passando por diferentes caminhos. Todos eles foram utilizados como meio de se chegar mais facilmente ao objeto de uma disciplina que necessitava encontrar sua identidade própria (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2007, p.28).

O próprio Junqueira (2002), define que a finalidade do ensino religioso, corresponde a compreensão e observação do espaço escolar como incentivador do conhecimento e importante consideração à cultura de diversas religiosidades, em busca de reflexões a respeito do acontecimento religioso. Constituir e preparar estudantes responsáveis, respeitosos, e questionadores referente a diversidade religiosa, beneficia uma informação sócio histórica da heterogeneidade humana. Perante o aumento de diferentes grupos religiosos, foram indicados novos aparelhamentos para o favorecimento do diálogo entre eles. Os tempos novos acende espaço de solidariedade na procura de identidade religiosa.

Nesta busca de identidade o objetivo do ensino religioso passou a ser compreendido, no ambiente escolar, como um espaço para proporcionar ao aluno as oportunas experiências, informações e reflexões ligadas à dimensão religiosa da vida, para que contribuísse em cultivar uma atitude dinâmica de abertura ao sentido radical da sua existência em comunidade, preparando o estudante a uma opção responsável do seu projeto de vida. Ou podemos dizer que seria educar o aluno a formular em profundidade o questionamento religioso, para que este pudesse dar a sua resposta definitivamente informada, responsável e engajada (JUNQUEIRA, 2002, p. 13).

A oportunidade de se expressar de forma livre oferece ao cidadão, o direito de

apreciar, valorizar e admirar sua ancestralidade, abarcando fenótipos, crenças e valores que devem ser renovados e reconstruídos. “Uma das consequências desta liberdade é a mudança de referencial, ou seja, de uma sociedade homogênea para a convivência com o pluralismo sociocultural-religioso” (JUQUEIRA,2002, p.21). A instrução nomeada ao ensino religioso deve reconstruir os processos, garantir aos discentes o direito de articulação do conhecimento, do diálogo entre os sujeitos e possibilidades de inclusão Berger mostra que:

A cultura consiste na totalidade dos produtos do homem. Alguns destes são materiais, outros não. O homem produz instrumentos de toda espécie imaginável, e por meio deles modifica o seu ambiente físico e verga a natureza à sua vontade. O homem produz também a linguagem e, sobre esse fundamento e por meio dele, um imponente edifício de símbolos que permeiam todos os aspectos de sua vida (BERGER, 1985, p.19).

O respeito à diferença religiosa faz parte do conjunto de conhecimentos e práticas. Essa dinâmica cultural é capaz de abordar as diversas expressões para a inserção social e deve propiciar instauração a cidadania, uma vez que a coletividade brasileira se apresenta com forma característica diversificada. Para Sanches (2010), os experimentos envolvidos no mundo viabilizam o espaço coletivo em aprofundar na história, maneiras de viver, atuar e agir que distinguem as culturas e são mediadas pela nossa experiência. O descobrimento da alteridade é também a identidade das experiências de convívio com as diferenças. O conhecimento histórico, que alcançamos nesse período da vida da humana, atribui a legalidade e afirmação da diversidade como uma das condições sociais importante para edificar uma sociedade estruturada na democracia. Esses fatores enveredam para o pluralismo religioso. Sendo assim, as recomendadas propostas pedagógicas necessitam ser construídas e conectadas de modo a garantir tratamento digno e apropriado quanto ao estudo e conhecimento que abrange diversas práticas religiosas.

A política de Ensino Religioso da Rede Municipal do Recife, em conformidade com o sistema educacional laico, se explica pela necessidade de constituição de cidadãos críticos, responsáveis e pensantes. Pessoas apropriadas e empoderadas de enxergar a dinâmica dos acontecimentos fenomenais religiosos que permeiam a vida cotidiana, pessoal, nacional e mundial. Atualmente discute se cada pessoa vai formar a religiosidade em um panorama multiforme, com menos preceitos e mais conhecimentos impulsionados por valores atualizados, ou se cada crença vai

robustecer a ortodoxia e batalhar por espaço público, protegendo o moralismo a despeito de um controle influenciado por polêmicas mundial (RECIFE, 2015).

O multiculturalismo religioso encontra no Brasil um lugar privilegiado, para se ensinar diálogo entre cultura e religiões. Baseado nesta compreensão, Oliveira (2015), explica que a religião está estreitamente ligada a cultura inserida naquilo é compreendido como fruto de uma relação simbólica da humanidade. As diferentes manifestações religiosas influenciam a sociedade contemporânea que se apresenta de maneira cada vez mais diversificada na pluralidade social. A autora revela que “apesar de o multiculturalismo ser uma temática bastante recorrente nos dias atuais, ainda carece de uma maior reflexão no âmbito da ciência da religião” (OLIVEIRA, 2015, p.12).

O pluralismo religioso está existente em toda parte do Brasil. Com embasamento nesse viés, as políticas de ensino da Rede Municipal do Recife (2015) apontam nos eixos peculiares, os direitos e objetivos de aprendizagem, bem como os conteúdos do Ensino Religioso (ER), estão em convenção com a legislação, submete-se as seguintes pressuposições:

A – da concepção de conhecimento humano de suas diferentes formas; das relações entre ciências e fé; da interdisciplinaridade e da contextualização, como princípio estruturante da organização curricular;

B- da compreensão da experiência religiosa do ser humano, manifesta nas diversas culturas em todos os tempos, reconhecendo o transcendente e o sagrado, através de fontes escritas e orais, ritos símbolos e outras formas de expressão, identificadas e organizadas pelas tradições religiosas;

C- do reconhecimento dos principais valores morais e éticos, presentes nas tradições religiosas, e sua importância para a defesa e a garantia da dignidade do ser humano, a promoção da justiça e da solidariedade entre as pessoas e os povos, a convivência harmoniosa com a natureza e a criação de cultura de paz;

D- da compreensão das várias manifestações de convivências religiosas, presente na sociedade brasileira, cujo conhecimento deve promover a tolerância e o convívio respeitoso com o diferente, e o compromisso sociopolítico com a equidade social em nosso país;

E- do reconhecimento da diversidade de experiências religiosas dos participantes do ambiente escolar, e das formas de diálogo, existentes entre as religiões e desta com a sociedade contemporânea (RECIFE, 2015, p. 209).

O fenomenal acontecimento religioso estar presente em determinações existenciais e nos debates públicos, movendo grande número de pessoas em

situações complexas e multiculturais. O ER abre um leque de informações, para atender benfeitorias da comunidade escolar, “Um professor pode e deve fazer melhor tudo aquilo que tenta ensinar. Somos treinados para isso. Passamos anos aprendendo essas coisas” (KARNAL, 2014, p. 38).

Praticar e assumir o ensino religioso do ponto de vista intercultural insinua um conjunto de aprendizagem direcionada a uma sociedade dinamizada que promove uma apreciação absoluta para sua melhor apreensão. Neste contorno, o currículo escolar volvido para o ensino religioso deve distinguir a necessidade do comparecimento da empatia com metodologias que ressalvem o diálogo e importância do respeito, mais a frente legitimidade dos sujeitos na vida social.

Saviani (1998), antes de implementar os currículos multiculturais, logo arranjava uma análise com depreciação com currículos brasileiros como informa, que os próprios são configurados mais pelas metodologias internacionais que pelos nacionais. Para o autor, eles emanam de uma norma que as disposições curriculares cogitam de forma mais forte os padrões internacionais que a biografia do ensino nacional. Os currículos que seguem as normas brasileiras de educação adotam padrões de educação de massas, a partir do ponto de vista da organização curricular até a compreensão e eliminação de disciplinas, sua importância é relativa e respectivos planejamento.

Saviani também contribui com a ideia, que o currículo escolar em países como o Brasil, recebe controle influenciado pelos currículos mundiais determinados por estados e nações predominantes e dominadoras, através de organizações universais, tendo ação de profissionais da educação atuando em hierarquia mundial. A informação sobre os currículos, no começo da aplicação até a descoberta do termo, o ensino escolar se junta às ideias de domínio da ação pedagógica, instituindo conveniências de acordo com a intenção da educação. Freire (1996) no referido livro que foi considerado um clássico para o conhecimento pedagógico, mostra essa relação internacional:

O discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente. O discurso da globalização astutamente oculta ou nela busca penumbrar a reedição intensificada ao máximo mesmo que modificada, da medonha malvadez com que o capitalismo aparece na História. O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e miséria de milhões. O sistema capitalista

alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca (FREIRE, 1996, p. 127- 128).

A educação religiosa, associa pedagogicamente, a informação das experiências e vivências humanas conquistada no percurso da história propagando relações de transcendências por meio dos eixos curriculares, desta forma é a tradução pedagógica de uma das áreas de informação dos estudos da religião, incluir na educação básica a base comum, a qual é composta por saberes, conhecimento e valores, determinados culturalmente. A história afro-brasileira e seus atores por diversas vezes trouxeram, como informa Junqueira (2002), na educação a ferramenta fundamental para sua “ocidentalização e cristianização”. Vejamos:

Dentre elas, as religiões de matriz africana apresentada e reinterpretadas no Brasil pelos negros escravizados e seus descendentes.

1.3 Como o negro e sua religião eram tratados

A afirmação da negritude seguida da religiosidade como marca identitária, na conexão de uma coletividade negra e fortaleza nas lutas sociais, tem como defensores no Brasil Abdias Nascimento e o antropólogo Darcy Ribeiro, além de outros internacionais: Martin Luther King e Rosa Parks. Os movimentos sociais nos instigam a buscar a interseccionalidade entre as mais diversas formas de atuação, na educação no convívio social, na luta contra o racismo e às intolerâncias.

O sistema educacional funciona como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro - primário, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, como se executasse o que havia previsto (...). Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou não ensinadas nas escolas brasileiras? Ao contrário quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e alienação da identidade negra (NASCIMENTO, 2016, p.113).

Os estudos sobre religiões afro-brasileiras datam de mais de cem anos, desde o pioneirismo de Nina Rodrigues. Esses estudos demonstram sempre a necessidade de pesquisa e conhecimento sobre a história e o processo da cultura afro-brasileira, durante o período de colonização até datas atuais.

No início do século XX a sociedade brasileira recebe um conjunto inédito de ideias e conceitos acadêmicos. Trata-se das pesquisas iniciadas pelo médico legista Nina Rodrigues sobre a religiosidade do

negro brasileiro. Uma produção com uma marca racista que não pode ser negada, mas que despertou um olhar científico, notadamente das ciências sócias, para algo que não poderia mais ser olvidado: as religiões afro-brasileiras (CARNEIRO, 2014, p.15).

Na escola democrática, a variedade étnica atual vem sendo incluída como tema de estudo, para ampliação de novas relações que arguem sobre a discriminação, as relações de abuso, repressão e violência ocorrentes delas. “ Quando, porém, falo da ética universal do ser humano estou falando como ética enquanto marca da natureza humana algo indispensável à convivência humana” (FREIRE,1996,p.18). É importante entender a seriedade de educar estudantes enquanto pessoa que precisam se dispor diante das diferenças.E compreender a narrativa é um passo fundamental.

Um importante momento para a importância da heterogeneidade na escola e para a concretização da batalha da população negra por reconhecimento, foi a adesão da lei 10.639/03. Esta lei altera os artigos 26 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, assentando como imprescindível o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, como também a luta dos negros no Brasil, percebendo assim a sua contribuição, econômica, política diante do contexto histórico brasileiro.(RECIFE, 2014).

O racismo não nasce na escola, porém nela pode anunciar característica própria e interferir no amparo e no rendimento do raciocínio de alunos negros no estabelecimento escolar. De acordo com essa perspectiva as políticas públicas da rede traz informações bastante significativas referente ao assunto:

A- Desenvolver a consciência política e histórica da diversidade, como forma de possibilitar o diálogo entre os diversos na busca de uma sociedade mais justa, rejeitando a homogeneização reducionista das diversas etnias dos povos indígenas e africanos.

B- Fortalecimento de identidade e de direitos, com vistas a desconstruir as imagens negativas relacionadas aos negros e indígenas, possibilitando a construção pelos estudantes de uma auto-imagem positiva, tendo consciência de seus direitos.

C- Construir ações educativas de combate ao racismo e à discriminação através da análise crítica da sociedade, tendo o entendimento que as consequências do racismo e da discriminação não atingem somente os negros e os indígenas, possibilitando a construção de conhecimentos, atitudes e valores.

D- Desenvolver práticas educativas de valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, como maneira de ressignificar as formas de organização do espaço escolar e do tempo pedagógico, buscando o conhecimento profundo a respeito das manifestações culturais de matriz indígena e africana, evitando o processo de folclorização das

mesmas.

E- Possibilitar a troca de experiências e saberes entre a comunidade escolar e grupos do movimento negro e indígenas, bem como de grupos culturais negros e indígenas da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos políticos pedagógicos e ação que contemplem a diversidade étnico-racial.

F- Rejeição a qualquer forma de direcionamento religioso dentro das unidades de ensino, incentivando a pluralidade, a convivência com os diversos. Respeitando a orientação religiosa do estudante e não promovendo atitudes depreciativas no que se refere a religiosidade de matriz africana e indígena (RECIFE, 2014, p. 62-63).

Assim, adotar uma prática pedagógica que abarque um dia-a-dia multicultural e um currículo em que os estudantes adentrem na história e cultura de povos que colaboraram de forma significativa na formação da nossa sociedade só chega a contribuir para consciência política e histórica do cidadão.

Teixeira (2008) oportuniza uma leitura interpretativa no favorecimento da informação, do complexo assunto que envolve a pesquisa a propósito da cultura e da religião, e a inquietação sobre a observação da subjetividade. O estudo das religiões deve abraçar uma expectativa global que inclua uma visão no conjunto das experiências religiosas descoberta na humanidade. Muitas religiões e experimentos religiosos estão pautados ao sentido vida e morte, pertinente ao jeito cultural da sociedade e a vida representa uma semelhança concentrada de uma complexidade e múltiplas influências que abrangem experiências cotidianas, modo de vida de pessoas, verbalizações culturais diferentes, interesses, modo de se incluir e de perceber as relações no meio de pessoas. Para Nascimento (2016), os acontecimentos agora exibidos referente às forças culturais, e o decorrente sincretismo atribuído, distorceram o afrodescendente escravizado a inventar, oculto da fiscalização do branco, seus frutos artísticos, destinados a recheiar um desempenho enriquecedor dos rituais religiosos.

Ainda com o obstáculo da sociedade dominadora, a ampliação espiritual do africano ultrapassou o alcance de seu próprio meio, e entusiasmou na influencia diversos segmentos da vida dos brasileiros, sobretudo na altura da tradição popular. O livro: “Superando o Racismo na Escola”: As Artes e a Diversidade Étnico-Cultural na Escola Básica. Mostra orientações didáticas de extrema importância, devendo ser ministradas na disciplina de artes, fazendo jus da Lei 10.639/03. Principalmente o texto de Cabengele Munanga em que ressalta as seguintes orientações:

A- Resgatar a cultura afro-brasileira no sentido de reintegrar os

- educandos nos valores étnicos e sociais da ancestralidade nacional;
- B-Levar o aluno a conhecer as concepções estéticas africanas;
- C- Levar o aluno oprimido a atuar conscientemente de modo a contribuir para a assunção da sua cidadania;
- D-Facilitar a construção da identidade do aluno através de uma auto-identificação positiva consigo mesmo e com o patrimônio histórico brasileiro;
- E- Levar o aluno a reconhecer criticamente os estereótipos de representação étnica encontrados nas Artes Ciências, em geral, e no teatro brasileiro, em particular (MUNANGA, 2005, p.129).

A escola tem trabalhos a exercer, não camuflar as desigualdades e colaborar para sua diminuição. Segundo Piletti, as desigualdades sociais no Brasil consistem na maioria dos brasileiros estarem na miséria extremamente acentuadas, deixando a maior parte dos brasileiros na condição de vulnerabilidade. Essas disparidades se cogitam nas instituições de ensino e cabe a ela desenvolver o senso crítico do aluno no fortalecimento da cidadania. A educação tem o poder restringir as desigualdades sociais, no aprendizado e praticas de determinadas atitudes:

Oferecer aos alunos condições adequadas – em termos de recursos materiais e humanos – para que o maior número possível e concluir todos os graus de ensino; preparar os alunos para a participação crítica social, como cidadãos conscientes. Na medida em estiverem conscientes da realidade do país e disposto a participar criticamente, certamente contribuição para construção de um país em que os brasileiros possam sempre mais viver com dignidade, satisfazendo suas necessidades materiais e espirituais (PILETTI, 2003, p.37).

A educação deve acomodar-se ao estudante e os princípios educacionais devem ser idealizados e planejados levando em consideração as potencialidades que as inovações técnicas proporcionam. Perante as desigualdades e as diferenças, a escola pode ser uma porta aberta e atuante na transformação, no apoio ao combate da propensão do transtorno escolar e o prejuízo no ambiente escolar, “o investimento escolar só tem sentido se um mínimo de reversibilidade da conversão que ele implica for objetivamente garantido” (BOURDIEU, 20015, p.87).

É de ampla importância nesta ocasião mencionar que o direito a educação é famoso mundialmente e permanece divulgada na declaração universal dos direitos humanos, consentida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1949. Ainda embora, os fatos apontam e mostram que, em geral, poucas pessoas desfrutam desse direito. A ciência, a cultura e a Organização das Nações Unidas para educação, (UNESCO) organizou, no começo do ano de 1970, uma tática de 21

pontos a ser adotado em todos os países que almejam fazer do direito, um ensino de qualidade diante da realidade constitucional (PILETTI, 2012). Diante deste direito, Bourdieu contribui explanando o aspecto da instituição nessa época:

Até o final dos anos de 1950, as instituições de ensino secundário conheceram uma estabilidade muito grande fundada na eliminação precoce e brutal (no momento da entrada em sixième) das crianças oriundas de família culturalmente desfavorecidas. A seleção com base social que se operava, assim, era amplamente aceita pelas crianças vítimas de tal seleção e pelas famílias, uma vez que ela parecia apoiar-se exclusivamente nos dons e méritos dos eleitos, e uma vez que aqueles que a escola rejeitava ficavam convencidos (especialmente pela escola) de que eram eles que não queriam a escola (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2015, p. 245).

É importante ressaltar que essas discussões só vieram realmente repercutir no Brasil de forma significativa no século XXI. O Estatuto da Igualdade Racial é bem claro quando pronuncia direitos como: Nas instituições de ensino fundamental, ensino médio, públicos e privados, é indispensável o estudo da área de história geral da África e da biografia da população negra no Brasil. O órgão adequado do poder executivo promoverá o aprimoramento da formação continuada de docentes e preparação de material pedagógico direcionado a execução da lei.

Com relação às datas comemorativas, o mesmo Estatuto ainda afirma que é importante incentivar a participação de representante no movimento negro, para discutir com os alunos suas vivências relativas ao tema em celebração. Nascimento faz um contraponto desses direitos quando diz que, ainda hoje o negro tem o seu direito religioso negado:

O falso caráter deste chamado “sincretismo” pode ser claramente percebido no tratamento desdenhoso dispensado às religiões africanas por seus supostos parceiros de sincretismo: os católicos brancos e estudiosos. As concepções metafísicas da África, seus sistemas filosóficos, a estruturas de seus rituais e liturgias religiosos, nunca merecem seu devido respeito e consideração como valores constitutivos da identidade do espírito nacional (NASCIMENTO, 2016, p.138).

Perrenoud (2001), aborda a questão dando relevante contribuição ao estudo quando diz que, pode se mostrar legítima a afeição de alguns segmentos diante da desigualdade dos donativos herdados, entretanto fechar os olhos perante as variedades dos legados culturais, mostra um descaso, principalmente quando as ciências da educação asseguram que a desigualdade social que cabeceia à escola não tem histórico político com inocência, ela reflete a hierarquia das profissões e

das camadas sociais. Bourdieu também contribui para essa questão quando analisa as ideologias por parte dos responsáveis por esses organismos, “podemos ainda interrogar-nos sobre a verdadeira política que consiste em encorajar e sustentar tais organismos marginais e pouco eficazes” (BOURDIEU, 2015, p.69).

A escola, antes de mais nada, é a agência através da qual as gerações adultas introduzem as novas gerações no domínio do patrimônio cultural da humanidade. Mas as culturas de um país não se resumem às matérias escolares, nem aos conteúdos dos livros didáticos. Tanto a cultura universal quanto a cultura própria de um país ou de uma comunidade manifestam-se através de formas próprias de expressão (PILETTI, 2003, p.33).

O poder público federal fomentará, na forma da lei e no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, ouvidorias constantes em amparo da igualdade racial, para receber e conduzir acusações de preconceito e discriminação com base em etnia ou cor e seguir a prática de medidas para ascensão da igualdade. É assegurado também que o estado adote avaliações especiais para reduzir a violência policial incidente sobre a população negra (BRASIL, 2010).

A inquietação com o ensino da população negra se deu pela imagem de retrocesso que o Brasil transportava diante de outros países, que já mostrava uma ansiedade com a educação, mesmo sendo de atitude capitalista e muito hegemônica. Não existiu a dessemelhança de qualidades entre as diferentes revelações culturais do país. Elas também seriam hierarquizadas em níveis de importância e a sua importância seria medida a partir de parâmetros que fundavam maior ou menor contorno com a cultura designada como erudita e superior. O Brasil tem em sua essência a estratificação de base étnico-racial ainda que os aspectos tentem se transferir do racial para o cultural (CUNHA, 2010).

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, concretizada no Estatuto da Igualdade Social: a prática do racismo estabelece delito inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei; atuações afirmativas: planejamento de medidas particulares seguidas pelo estado e pela iniciativa particular para a correção das desigualdades raciais e para o acesso da igualdade de oportunidade.

A introdução de políticas raciais afirmativas constitui um projeto alcançável, remonta um país no qual todos pareciam estar ainda intoxicados com o preconceito racial oriundo da escravidão no Brasil colonial. Somente a partir dos eventos

preparatórios para a participação brasileira na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata ocorrida em Durban, em 2001, é que as primeiras iniciativas no âmbito da política institucional foram efetivamente tomadas (CAVALLEIRO, 2006).

O racismo nas instituições de ensino vai além da educação básica, Tavoraro (2010), mostra que:

É interessante notar como a relação entre raça e classe se fez relevante num contexto em que as cotas raciais foram concebidas como política de redistribuição, enquanto a dificuldade de acesso dos negros à universidade pública era entendida como algo que decorria primordialmente de sua posição socioeconômica desvantajosa. Nesse sentido, mais do que a expressão da subordinação axiomática da raça em relação à situação de classe, ou, do contrário, de que ambas as categorias devem ser concebidas como variáveis independentes uma da outra, o caso da UERJ indica que a relação entre a identificação racial e a situação de classe deve ser entendida como algo dado em circunstâncias e contextos históricos e institucionais específicos (TAVOLARO, 2010, p.290).

Dentro desta perspectiva da educação como transformadora, na busca de possibilidades de igualdade social, Paulo Freire em seu livro “Pedagogia da autonomia” afirma que o professor e a escola de modo geral, têm papel de extrema importância na ação social do indivíduo. Dando autonomia e segurança na assimilação do conhecimento e na relação social, no resgate constante do processo sociocultural. Esse resgate ganha força com Abdias Nascimento quando explica o processo de racismo mascarado em o livro “O genocídio do Negro Brasileiro”. Textos de Florestan Fernandes, Wole Soyinka e Elisa Larkin Nascimento (2016).

Para Vagner Gonçalves da Silva (2002), o espaço acadêmico resgata a cultura brasileira quando se mostra interessado em oportunizar estudos referentes ao percurso histórico da base étnica racial do país. Investiga em seu trabalho escrito o processo cronológico das expressões religiosas vivenciadas pelos afrodescendentes, indígenas e europeus, partindo das pesquisas antropológicas, etnográfica e etnológica para o encontro em sintonia das ciências sociais.

Pernambuco é palco de experiências em pesquisas de campo relacionadas às religiões de matriz africana. Gilberto Freyre tornou-se um cientista social de grande projeção depois da publicação de Casa-grande & Senzala em que troca o conceito de raça pelo conceito de cultura e inclui a importância do negro para a formação da cultura e da sociedade brasileira (CAMPOS, 2001).

René Ribeiro desenvolveu uma pesquisa em Recife sobre Religião e Relações Raciais (1956), foi autor do livro: “Cultos afro-brasileiros do Recife”. Na Universidade Federal de Pernambuco, a ação de René Ribeiro, à frente da cátedra de antropologia, também foi importante para manter o interesse na área dos estudos afro-brasileiros.

É importante deixar claro que as religiões afro-brasileiras variam de acordo com a região do Brasil onde se localizam apresentando aspectos diferenciados decorrentes da base cultural. Essa característica é primordial para diferenciar as religiões de matriz africana no Brasil. De acordo com Motta (1999, p.21), “o Xangô de Pernambuco representa muito aproximadamente o equivalente do Candomblé da Bahia”. O autor ainda esclarece que:

A primeira variedade afro-pernambucana está representada pelo Catimbó, que consiste essencialmente no culto dos mestres, que seriam, em princípio, espíritos curadores de origem luso-brasileira, aos quais com o tempo se teriam acrescentado entidade africana, e dos caboclos, também curadores, mas, como o nome parecia indicar de origem indígena (MOTTA, 1999, p.18).

O sacrifício de animais é essencial para o culto aos orixás e nesses termos é uma religião inteiramente sacrificial. O sacrifício é oferecido para divindade, no intuito de garantir proteção e conquistas de diversas formas, ligada ao trabalho, finanças, saúde, amor, sexo etc. Ribeiro assim descreve,

A segunda série de sacrifícios presenciados em outra casa, precediam a um festival público, iniciando-se pela habitual “matança” para Eshun, logo para Yansan, Shango, Anamburuku, Yemanjá, Oshun e Oshala.(...) Todos os sacrifícios ao som dos cânticos especiais de orisba, após o que eram os animais enviados à cozinha para o mesmo procedimento já descrito anteriormente.(RIBEIRO, 1952, p.67)

A Umbanda Branca e o Xangô Umbandizado, apresentam características Kardecista, mas conservam os toques, as danças, a hierarquia dos terreiros de Xangô e/ou Candomblé. “A Umbanda então, por causa desses elementos kardecistas, representa uma valorização da palavra ou do logos, atuando conseqüentemente como fator de racionalização” (MOTTA, 1999, p.24).

René Ribeiro e Roberto Motta deram grande contribuição para o estudo das religiões afro-brasileiras no século XX, tornando visível a antropologia afro-pernambucana. Os estudos mostram grandes transformações no campo das religiões afro-pernambucanas, sendo o Xangô agora denominado de Candomblé de Pernambuco.

Neste capítulo, buscamos traçar o contexto histórico da escola pública da Rede Municipal de Ensino do Recife discutindo ao longo do século XX as dificuldades encontradas no estabelecimento não só de relações de novas práticas de ensino aprendizagem, mas também da própria infraestrutura com que foi montada a Rede escolar no Município. Posteriormente buscamos entender como as religiões eram trabalhadas nas escolas para por fim, discutirmos o papel do negro e sua religião começam a adquirir visibilidade através da Lei 10.639/2003.

No próximo capítulo abordaremos o conhecimento da Lei 10. 639/03 na Rede Municipal do Recife que terá como base para contextualizar o assunto, documentos como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

2-O CONHECIMENTO DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DO RECIFE

A Lei nº 10.639/03 modifica a Lei de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que institui as diretrizes e bases da educação nacional, e abrange no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do tema "história e cultura afro-brasileira", a ampliação dos dispositivos da lei de diretrizes e bases da educação nacional, determina a obrigatoriedade da inserção no currículo do ensino fundamental e ensino médio, da cultura afro-brasileira ressaltando o legado econômico, social e cultural negro (LDB, 2003).

Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira precisarão ser ministrados no campo de todo o currículo escolar, exclusivamente nas áreas de Literatura, História brasileira e Educação Artística. O calendário escolar compreenderá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." O conteúdo programático a que menciona o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a batalha dos negros no Brasil, a cultura afro-brasileira e o negro na construção da sociedade nacional, apoiando o resgate cultural do povo negro nas áreas social, econômica e política relacionadas à História do Brasil (LDB, 2003). Diante do conhecimento da lei, Nascimento faz uma crítica e ao mesmo tempo uma relevante comparação da lei e da relação racial no Brasil:

As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país. A ideologia oficial ostensivamente apoia a discriminação econômica – para citar um exemplo- por motivo de raça. Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei consuetudinária. Em geral, os anúncios procurando empregos se publicavam com a explícita advertência: “não se aceitam pessoas de cor”. Mesmo após a lei Afonso Arinos, de 1951, proibindo categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma. Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada. Ela tem um valor puramente simbólico. Depois da lei, os anúncios se tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora “pessoas de boa aparência”. Basta substituir “boa aparência” por “branco” se obter a verdadeira significação do eufemismo. Com lei ou sem lei a discriminação contra o negro permanece: difusa, mas ativa (NASCIMENTO, 2016, p.97).

É dentro deste contexto que o objetivo deste capítulo é estabelecer uma discussão acerca dos diversos olhares sobre a Lei de Diretrizes e Bases e de Diretrizes Curriculares Nacionais historicizando suas políticas de implementação para, em um segundo momento, discorrer acerca da implementação da Lei

10.639/03 e então, por fim, estabelecer uma discussão de como as relações étnico-raciais na educação escolar são vivenciadas na Rede Municipal do Recife.

O ambiente espaço escolar é um espaço excepcional para o trabalho com educação, é de fato o lugar que os alunos passam maior momento de sua vida e ainda se configura em local eficaz para instrução formal, até então, compete à educação ajustar para uma educação plural e inclusiva, não discriminatória, permitindo aos discentes crescer e aprender em sua condição humana (RECIFE, 2014).

É na sala de aula que acontecem a maioria e os principais fatos da vida escolar. É nela que se dá o encontro entre alunos e destes com o professor, todos buscando aprender e desenvolver-se. De que modo é organizado a sala de aula e como as atividades nelas desenvolvidas contribuem ou não para realização individual e social de alunos e professores, em consonância com o mundo em que vivemos (PILETTI, 2003, p. 9).

A contribuição de Piletti é ativa quando enfatiza a condição social imprescindível à vida humana. O indivíduo aprende quando relaciona uma troca de conhecimento com diferentes grupos, porque contribui com informações extraclasse para o entendimento geral. As convivências sociais na sala de aula deve ser bastante dinâmicas, uma relação dialética promove o convívio harmonioso dos grupos multifacetários encontrados nas Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife.

2.1-Olhares sobre as propostas: Lei de Diretrizes e Bases e Diretrizes Curriculares Nacionais

A constituição no ano de 1934 pela primeira vez se referiu a educação brasileira. Educadores como Anísio Teixeira e outros, foram os pioneiros na luta e aquisição da educação primária gratuita. Nesse momento, como relata Gomes (2010), do ponto de vista formal, o ensino secundário, preparatório para o superior, era destinado aos estudantes com privilégios, já o ensino profissionalizante, até 1953 sem consentir acesso ao superior, era direcionado aos alunos da massa que resistia ao massacre da reprovação e a fuga escolar do ensino primário.

A separação entre estado e igreja já tinha vigência, apesar disso, a educação religiosa vivenciada de maneira facultativa nas escolas, proporcionava intensa apresentação de caráter confessional. Em 1961, ficou designada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), acompanhada pela atual Lei nº

9394/96 aprovada em 20 de dezembro de 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato. Darcy Ribeiro foi o descritor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) acendendo um ambiente na concretização de alcances que expandiram o acesso e aperfeiçoaram na investida do financiamento na educação do Brasil, sendo uma educação fundamentada no direito universal.

Gomes (2010), ainda informa que Darcy Ribeiro ao adquirir o Ministério da Educação descentralizou o ensino básico e colocou um ponto final ao dualismo vivenciado entre educação profissionalizante e secundária, uma vez que as duas modalidades habilitavam para o ensino superior.

A alegação do governo é que a Lei de Diretrizes e Bases precisaria ser uma lei do aceitável, passível de execução diante das soluções financeiras disponíveis nos planos orçamentários ajustados. Diante disso, ela necessitaria apresentar versatilidade cabível para se ajustar às diferentes circunstâncias da educação nacional. A LDB considera a Educação Básica, além de explicitar as: pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Com o passar tempo, ampliou o ensino básico para nove anos e determinando a matrícula de crianças a partir dos 4 anos (EDUCAÇÃO BÁSICA 2017). De acordo com a LDB os alunos,

Devem ter condições de participar das atividades de planejamento, execuções e ações nas matérias escolares. É participando que os educandos aprendem a participar. O estímulo à participação dos alunos em todas as atividades escolares é fundamental e para futura atuação política (PILETTI, 2003 p. 38).

O debate em defender a escola pública é fortemente vivenciado por Darcy Ribeiro que compartilhou com as propostas recomendadas pela da Escola Nova. Logo após ser constituído o Conselho Federal de Educação, um colegiado de entendedores da área, elaborou o Plano Nacional de Educação. Inteirados e comungando com esta proposta foram criados os CIEPs¹ (Centros Integrados de Educação Pública), obras que somaram nesse processo (GOMES, 2010).

O Ciep é um centro de educação com o objetivo de ser integral, surgiu para ofertar ao aluno uma educação de qualidade, promovendo atividades culturais,

¹ Os CIEPs tinham, como objetivo, oferecer ensino público de qualidade em período integral aos alunos. O projeto educacional foi de autoria do antropólogo Darcy Ribeiro e apelidados de Brizolões pois são implantados inicialmente no estado do Rio de Janeiro ao longo dos dois governos de Leonel Brizola (1983 – 1987 e 1991 – 1994).

instrução de excelência com recursos didáticos e as refeições necessárias. A educação do aluno era voltada ao conceito de atendimento em variadas necessidades, com o objetivo de escola-casa. Para organizar as sugeridas de LDB, diversos consultores, senadores e educadores procurou escutar o Ministério da Educação. Existia inquietação de alguns segmentos setores do Ministério, quanto às probabilidades de cumprimento do plano da Câmara.

Num quadro de poderes independentes e harmônicos, havia necessidade de entrosamento entre o Legislativo e o Executivo, que, conforme o nome, teria que executar a legislação. Leonel Brizola e ele haviam convencido o presidente da República, Sr. Fernando Collor de Mello, da relevância dos Cieps e da escolaridade em tempo integral. Daí surgiram os Centros de Atenção Integral à Criança – Caics, que se tornaram política pública. Como resultado dessas articulações, o então senador Marco Maciel, líder do governo, assinou o projeto, bem como o senador Maurício Corrêa, do PDT (GOMES, 2010, p.77).

O Ciep se empenha em melhorar a qualidade de vida do aluno que vem de condição de vulnerabilidade, então procura superar a indispensável necessidade de alimentação do aluno, sendo assim, é um programa social que conta com a informação teórica do pensamento de Gramsci e Paulo Freire, com recomendadas propostas pedagógicas, amplamente baseadas na Escola Nova (GOMES, 2010).

Como afirma Bourdieu:

A definição normativa da prática econômica adaptada que a teoria econômica implicitamente assume – e omitindo formular a questão das condições que a tornam possível – tem como efeito e, sem dúvida, como função dissimular que a adaptação das disposições objetivas tais como foram definidas, pode, no caso das classes culturais e economicamente desfavorecidas, ser o princípio de uma inadaptação à “situação” e de uma resignação a essa inadaptação: são as mesmas disposições que, adaptando os mais desprovidos à condição específica da qual elas são o produto, contribuem para tornar improvável ou impossível a sua adaptação às exigências genéticas do cosmo econômico (por exemplo, no que toca o cálculo ou a previsão) e que os levam a aceitar as sanções negativas que resultam dessa adaptação, isto é, sua condição desfavorecida (BOURDIEU, 2015, p.100).

Diante do estudo acerca do percurso da LDB, foi observado que a lei está envolvida num sistema de interesses públicos e privados. “Quem de fato comanda as decisões econômicas e políticas é o estamento gerencial das multinacionais” (JUNHO, 2016, p.58). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao longo do tempo foi se modificando, mas ainda não é satisfatória na conquista de uma educação aceitável e de excelência, embora proponha novidades e mudanças, não

garantiu acesso ativo a uma educação de qualidade, as massas que é uma parcela da população que fica abandonada no meio a exclusão. A procura pela qualidade é bastante evidente na educação brasileira. A lei 9394/96, cita algumas principais características:

- Art. 69. A União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público (BRASIL, 2017, p. 45).

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada há 23 anos, em 20 de dezembro de 1996, trouxe valor significativo nas mudanças acontecidas, contribuindo com à Educação como a Constituição contribui no conjugado da constituição brasileira, a LDB acendeu o espaço para solidificar conceitos que estenderam a elevação e comprometimento com o financiamento do ensino no Brasil

A LDB delibera que a educação, deve ser seguida e orientada da família e o Estado, movida pelos princípios de liberdade e nos ideais de solidarizar com a relação humana, tem por intuito o pleno desempenho do estudante, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Compreende os procedimentos formativos que se alargam na vida em ambiente familiar, no trabalho, convívio humano, nos estabelecimentos de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e disposições da sociedade civil e nas amostras culturais (LDB, 2017). A lei é também bastante firme e catedrática quando fala do direito à Educação e do dever de educar:

Art. 4o O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
 - a) pré-escola;
 - b) ensino fundamental;
 - c) ensino médio;
- 10 Lei de diretrizes e bases da educação nacional
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso

e permanência na escola;
VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar; (BRASIL,2017, p.9).

É importante observar e descrever o dever dos municípios diante da educação que oferece a sociedade. Para Freire, o ser humano ergue uma autonomia e abandona o ser oprimido quando constrói e edifica o conhecimento do universo agregado com elementos sistematizados, sendo assim, surge as informações conquistada de forma bem informal na escola. “E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criticá-la, não se sentem idealisticamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos (FREIRE, 2011, p. 41). A LDB garante essa autonomia quando expõe que:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – Estados;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade,

o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades

de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos

vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do

ensino.

VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica (BRASIL, 2017, p.10).

Paulo Freire entre outros autores foram grandes percursores desta conquista, além das transformações políticas, é notória as mudanças pedagógicas acerca dos métodos relacionados à alfabetização. Cunha (2002), expressa claramente o inclusão de Freire com essa mudança. O procedimento do método de Paulo Freire sugere a execução dos conhecidos passos que devem ser executados como: promoção do mundo vocabular do grupo que vai lecionar; selecionar este mundo do universo das palavras geradoras, sendo contabilizado o enriquecimento fonético e da multiplicidade do engajamento da realidade regional, nacional e local. Observar

situações existentes peculiar do grupo que se vai alfabetizar; invenção de fichas com verbetes e roteiros, que ajudam nos debates e nos trabalhos; feitura de fichas com a alteração das famílias silábicas adequadas as palavras geradoras, em meio de outros aprendizados que permitem e promovam o letramento.

A função do professor em um procedimento aplicado de forma coerente, atualizado e bem delineado, é essencial para o desenvolvimento do aprendizado e do senso crítico do aluno, sendo assim, parte de um método direcionado a aprendizagem significativa, na busca da valorização de um cidadão politizado e pensante. “Saber igualmente fundamental à prática educativa do professor ou da professora é o que diz respeito a força, às vezes maior do que pensamos da ideologia” (FREIRE, 1996, p.125).

Na sociedade contemporânea, ocorreram alterações rápidas e significativas em muitas áreas, até mesmo no pedagógico. Contudo, existe a necessidade de se considerar que as transformações que aconteceram nos campos tecnológicos e científicos nos últimos anos, são gigantescas e ajustaram, também, uma reestruturação do desempenho da escola, ao retirarem dela a incumbência de ser a exclusiva transmissora de informação. Nesse contorno, é primordial ao professor repensar suas maneiras e entendimentos teóricos para que possa fazer a diferença na sociedade de hoje. Porém, nem todos os profissionais estão dispostos, constituindo um amplo desafio, revisar as técnicas pedagógicas de modo que permita a aprendizagem para o aluno (VALLE, 2013). Decorrente dessa nova visão pedagógica a LDB informa:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 2017, p. 14-15).

Os docentes, gestores, coordenadores e alunos devem estudar e

compartilhar das determinações levantadas em concordância com o grupo. Na forma em que os docentes refletem e se posicionam, incluem os conteúdos da disciplina que ministram com as relações sociais, participam da definição do conteúdo de maneira para colaborar com uma reestruturação e avaliação da metodologia pedagógica do docente, na prática coletiva de escolhas dos métodos. “A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso” (FREIRE, 2011, p. 51).

Bartnik (2012), relaciona a gestão democrática da instituição que deve distinguir, para convivência social erguida de acordo com a história e a participação de todos no lugar excepcional para a aprendizagem e o conhecimento da democracia, para vivenciar atuações e circunstâncias que permitam liberdade para operar e definir coletivamente e particularmente, de forma esquematizada e constituída em benefício comum. A LDB fomenta a prática da gestão escolar e esclarece que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 2017, p.15).

É assim que é de fundamental importância o conhecimento da LDB para elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico das instituições educacionais, pois é através do PPP que colocamos em prática o que foi pensado na LDB.

2.2- A implementação da Lei 10.639/03 na Rede Municipal das Escolas do Recife.

A educação das relações étnico-raciais almeja produzir e expressar informações sobre a comunidade negra e indígena com a finalidade de colaborar com atitudes de reconhecimento e respeito no grupo escolar. A execução da Lei 10.639/03 acertou um amplo passo na concretização da ação da população afro-brasileira por aprovação da liberdade cultural e religiosa.

Essa lei 10.639/03 modica os artigos 26 e 79 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, determinando indispensável o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, assim como a ação dos negros no Brasil e seu aporte social, economicamente e politicamente no contexto histórico nacional (RECIFE, 2014).

É notório perceber que no século XXI, a sociedade brasileira, em especial a cidade do Recife, adquire uma conquista significativa com relação ao conhecimento cultural dos afro-brasileiros. Em 2006 surge o Grupo de Trabalho da Educação das Relações Étnico-Raciais (GTERÊ), essa iniciativa fortalece a implementação da Lei 10.639/03. As Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, distribuem um caderno com textos e um calendário escolar para a orientação de professores, sendo ponto de apoio para a desconstrução do racismo, inferioridade e desqualificação do povo negro. Como informa Silva,

Embora a constituição da sociedade brasileira seja caracterizada pela pluralidade étnico-racial, a ideia de inferioridade do negro tem estruturado as relações sociais que aqui foram estabelecidas. De forma que a diferença foi transformada em desigualdade e o desejo de que o país se tornasse um país branco fez com que a população negra fosse negada e invisibilizada de formas diversas ao longo dos séculos. A sociedade brasileira e suas instituições, inclusive a escola, vão se constituir em sintonia com esse projeto colonial que instituiu o racismo anti-negro e as práticas racistas em suas instituições (SILVA, 2009, p. 14).

A autora ainda revela que o (GTERÊ) não é um grupo que integra projetos direcionados para o mês de novembro, porém direciona a caminhada para o fortalecimento da identidade negra nas escolas da rede. Sendo assim, o ambiente escolar e o corpo docente são direcionados para um trabalho conjunto com o Movimento Social Negro de Pernambuco. Assim: “As ações empreendidas pelo GTERÊ, embora deem conta da instigação à discussão sobre as relações étnico-raciais na sala de aula, ainda são atividades pontuais, planejadas e realizadas para sensibilizar professoras e professores (SILVA, 2009, p.88).”

Como se pode perceber, a Rede se destaca diante da implementação da Lei

10. 639/03, mesmo existindo alguns entraves durante o processo de fomentação. Para favorecer uma educação legítima de acordo com a referida Lei, é preciso envolvimento social e político de toda camada da sociedade. Nascimento ao discutir a questão afirma que:

(...) as ações devem envolver um espectro muito maior do que o sistema educacional, os diversos setores de políticas públicas e a sociedade como um todo em atitude de rechaço a todas as formas de discriminações e racismos, visando uma cultura de respeito e justiça social (NASCIMENTO, 2017, p. 106).

O desafio revelado pela Secretaria de Educação do Recife, é focado no reconhecimento da identidade negra, além do respeito da diversidade de gênero e de pessoas com deficiência, além do compromisso de semear o reconhecimento da cultura afro-brasileira em todo âmbito institucional. Desta forma a autora ainda contribui quando fala:

Neste sentido, é necessário analisar a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 da Rede Municipal de Ensino Municipal do Recife (RMER) no que concerne ao processo de laicidade do Estado, particularmente no âmbito da política de educação básica (NASCIMENTO, 2017, p.107).

Na conjuntura da Rede Municipal do Recife, na esfera da secretaria de educação, algumas ações vêm sendo adotadas, através de projetos e políticas públicas concretizadas nas escolas da Rede Municipal do Recife. A disciplina de história precisa botar o aluno como indivíduo histórico, mostrando que as histórias particulares são parte das histórias coletivas, perceber as identidades sociais, como organismos históricos (RECIFE, 2014). É dentro deste contexto que Cabenguelê Munanga estabelece a seguinte discussão:

O debate sobre políticas de ação afirmativa e sobre o multiculturalismo na educação surge desse contexto universal e está na pauta de muitos países do mundo contemporâneo. O Brasil, um país que justamente nasceu do encontro das culturas e das civilizações, não pode fugir dele. Paralelamente aos programas e projetos de mudanças desenvolvidos nas instâncias governamentais como no Ministério da Educação, no Ministério da Saúde, na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), etc., e nas instâncias não-governamentais, creio que devemos aprofundar o debate intelectual e crítico num duplo sentido, aproveitando a luz das práticas experimentadas e devolvendo a essas práticas um olhar crítico construtivo e renovador. O melhor debate, a meu ver, é aquele que acompanha a dinâmica da sociedade através das reivindicações de seus segmentos e não aquele que se refugia numa teoria superada de mistura racial, que

por dezenas de anos congelou o debate sobre a diversidade cultural no Brasil, que era visto como uma cultura sincrética e como uma identidade unicamente mestiça (MUNANGA, 2006 P.52).

A contribuição da escola quando significativa, tem papel enorme, reconhece relações sociais em meio de grupos de convívio e em outros grupos, em diversos espaços e tempos. Incluir aspectos das histórias da família, da escola e da sociedade, apresenta confiança e consideração ao trabalho pedagógico, que deve ser articulado através de referências bibliográficas confiáveis e não rejeitar a possibilidade da observação do modo de vida das pessoas do dia-a-dia escolar (RECIFE, 2015).

Gomes (2005), relata que a escola é um ambiente fértil para o trabalho contra o racismo, quando refletimos sobre estratégias de luta ao preconceito e de valorização da população negra na escola brasileira, sendo assim, agita com questões subjetivas e delicadas de valores contemporâneos na sociedade. É neste sentido que a autonomia do professor é importante essencial para refletir sobre a diversidade das ideias presentes no espaço educacional. O desdobramento para melhor perceber e combater o racismo deveria passar por logradouros que desenvolvessem estratégias que se iniciassem na educação fundamental. A escola e os docentes mostram grande desconhecimentos sobre essa questão quando,

Muitos professores ainda pensam que o racismo se restringe à realidade dos EUA, ao nazismo de Hitler e ao extinto regime do Apartheid na África do Sul. Esse tipo de argumento é muito usado para explicar a suposta inexistência do racismo no Brasil e ajuda a reforçar a ambiguidade do racismo brasileiro (GOMES, 2005, p. 148).

É possível constatar que existem educadores que ainda pensam que discutir e dialogar a respeito das relações raciais não cabe à educação, e sim aos sociólogos, militantes, políticos e antropólogos. Essa justificativa comprova intolerância sobre o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira. A educação escolar deve estreitar relação com a história e fortalecer o colhimento da diversidade, sendo um processo extenso e complexo da edificação do saber (GOMES, 2005). Nascimento explica que além da educação é preciso:

Todavia, essas iniciativas não garantiram transformações efetivas nas vidas de cidadãos e cidadãs brasileiras, sendo necessária capacitar essa participação e fortalecer a sociedade civil organizada, desde o movimento de base e a organização de grandes mobilizações de massa e de parcerias para implementação de políticas sociais e públicas (NASCIMENTO, 2017, p.111).

Para Gomes (2005), várias dimensões envolvem o processo escolar, como a sexualidade, a ética, as diferentes identidades, a diversidade e a cultura. Direcionar essas relações é ter sensibilidade para pensar no processo constituinte da formação humana e transforma-las em conteúdos escolares. Dessa forma será construída uma maneira coletiva para outras formas de convivência e respeito entre alunos, professores e comunidade, na apropriação de uma conscientização coletiva.

A escola junto com os professores precisam adquirir metodologias para o fortalecimento do conhecimento da promoção étnico racial. Andrade (2005) relata uma experiência que contribui bastante com a discussão:

Os livros que reforçam a imagem do povo negro passaram a fazer parte da oficina de literatura, onde desenvolvi em 1987, uma metodologia de resgate de identidade racial feita principalmente para crianças e/ ou jovens na área periféricas do Recife, nas escolas ou locais comunitários, após contatos com lideranças ou por solicitação das mesmas. Não é preciso lembrar que a maioria desta população é afrodescendentes (ANDRADE, 2005, p. 119).

A autora ainda reforça o debate quando diz que para criar uma metodologia coerente com a prática, é necessário resgatar a memória de experiências de vida com a escola e todo meio de convivência (Idem).

O Movimento Negro Unificado (MNU), desde o fim da década de 1970 até o ano de 2003, mostra interação efetiva nos movimentos sociais na defesa da formulação da Lei 10.639/03. Para a conquista de uma educação formal que garanta o reconhecimento da africanidade na história do povo negro é preciso reconstruir e recuperar a memória cultural e afetiva de forma individual e coletiva individual e coletiva (BATISTA, 2010).

Para Munanga (2006) a escola não é uma área do conhecimento onde se possa resolver tudo, todavia, pode ser um lugar de evidência para oferecer aos discentes, informações que possibilitem um pensamento crítico com relação as expressões e modos racistas de forma preconceituosas, o autor ainda ressalta que:

Consciente de que a discriminação da qual negros e mestiços são vítimas apesar da “mistura do sangue” não é apenas uma questão econômica que atinge todos os pobres da sociedade, mas sim resultante de uma discriminação racial camuflada durante muitos anos, o Movimento Negro vem tentando conscientizar negros e mestiços em torno da mesma identidade através do conceito “negro” inspirado no “black” norte-americano. Trata-se, sem dúvida, de uma definição política embasada na divisão birracial ou bipolar norte-americana, e não biológica. Essa divisão é uma tentativa que já tem cerca de trinta anos e remonta à fundação do Movimento Negro Unificado, que tem uma proposta política clara de construir a

solidariedade e a identidade dos excluídos pelo racismo à brasileira. Ela é anterior à discussão sobre as cotas ou ação afirmativa, que tem apenas uma dezena de anos. Mais do que isso, ela correu paralelamente à classificação popular cromática baseada justamente na multiplicidade de tons e nuances da pele dos brasileiros, resultante de séculos de miscigenação. Afirmar que a definição bipolar dos brasileiros em raças negra e branca nasce das políticas de ação afirmativa ainda em debate é ignorar a história do Movimento Negro brasileiro. Pensar que o Brasil sofre pressões internacionais ou multilaterais para impor as políticas de cotas é minimizar a própria soberania nacional e ignorar as reivindicações passadas e presentes do Movimento Negro, que, mesmo sem utilizar as palavras cota e ação afirmativa, sempre reivindicou políticas específicas que pudessem reduzir as desigualdades e colocar o negro em pé de igualdade com o branco (MUNANGA, 2006 p.53).

Batista (2010), faz menção as conquistas e atitudes realizadas pelo (MNU). Foi sustentada estratégias de atuação em prol de uma educação antirracista, no intuito de promover um olhar crítico diante do preconceito racial. No ano nacional contra a discriminação racial, 1987, foi realizado um seminário para o planejamento das atividades para a celebração do Centenário da Abolição no ano seguinte.

A autora ainda contribui quando mostra a participação efetiva do Movimento Negro Unificado de Pernambuco, que colocou em pauta a problemática do racismo no contexto educacional e a necessidade de prevenir e combater preconceito no contexto escolar, no sentido de reeducar essa prática pedagógica no cenário educacional. Algumas das grandes conquistas, foi a celebração do Centenário da Abolição em 1988 em toda Rede Municipal de Ensino do Recife e essa culminou com a mobilização de toda Rede Municipal.

A mesma ainda contribui, que a participação da escola incluindo cultura e religiosidade africana, aos outros saberes é possível quebrar padrões negativos no trato da formação do povo brasileiro. A história da África foi desaparecida dos currículos escolares. Oliveira (2014), relata que mesmo com o aparecimento da Lei 10.639/03 e a obrigatoriedade da importância de aprender sobre história do povo africano, ainda se deixa de fora muitos procedimentos que conectam o Brasil ao continente africano. Oliveira ainda acrescenta que:

Apesar da Lei no. 10.639/03 parecer restringir a obrigatoriedade do ensino sobre a África negra em nossa história e cultura, compreendemos a importância de estudar o continente africano como um todo, em toda sua diversidade e complexidade (OLIVEIRA, 2014, p. 15).

Para Geertz (2015), os sujeitos que levaram mais proveitos, incluíram sua

cultura exibida e observada como exemplo de referência comportamental sem notar a identidade coletiva. Os benefícios conquistados por determinados grupos sociais fizeram acrescentar a separação e o preconceito.

De acordo com Sá (2017), o tempo de escravidão no Brasil escreve em torno de 350 anos. Nessa configuração, temos mais tempo de pátria escravocrata do que como nação de homens e mulheres livres. O processo de escravidão deixou de fazer parte da narrativa histórica do povo brasileiro em tempo ainda recente, que é difícil entender que muitos já esqueceram ou nada sabe sobre ela. Lei como a 10.639/03 (sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e o Dia da Consciência Negra reconhecem que esse esquecimento é prejudicial e almejam consertar tal memória.

A história da escravização de muitos povos africanos se cruzam com a vida do processo de colonização dos brasileiros. Nesse contorno, reconhecer a história do continente e daqueles que obrigatoriamente migraram, para habitar e trabalhar na construção da formação do povo e da nação, nos ajuda a apreciar o Brasil e suas singularidades. Nascimento critica a forma de ministrar as aulas de história africana quando fala:

No Brasil, não há nem um dos graus do sistema educacional o ensino da história africana, nem da história dos africanos fora do continente. Quando ocorre a eventualidade de um curso referente a essas matérias, é no sentido de perpetuar os conceitos neocolonialistas e racistas sobre a África e seus povos. A política imigratória do país tem uma longa história de desencorajar a entrada de africanos, enquanto ativamente promove, apoia e subsidia a imigração em massa de brancos europeus. (...) As comunidades africanas no Brasil sofrem continua intimidação policial, tanto as pessoas na vida pública, como suas organizações culturais e religiosas: até hoje as religiões afro-brasileiras permanecem como as únicas entidades religiosas forçadas, obrigatoriamente, ao arbitrário registro policial (NASCIMENTO, 2016, p.182).

O autor leva em consideração o descaso por parte das escolas com o ensino da temática e aborda o preconceito e o racismo existente na sociedade brasileira.

Para Santos (2005), a educação formal foi uma das práticas de Ascensão social do negro, esse veículo que oferece autonomia também contribuía com a perpetuação da desigualdade social. O processo de modernização fez o negro compreender que a educação escolar é a melhor forma de superação para obter mobilidade vertical. Entretanto a escola também tem participação na perpetuação das desigualdades raciais quando fala que:

A educação formal não era só eurocêntrica e de ostentação dos Estados Unidos da América, como também desqualificava o continente africano e inferiorizava racialmente os negros, quer brasileiros, quer africanos ou estadunidenses (SANTOS, 2005, p. 22).

O autor ainda revela que o sistema de ensino brasileiro durante muito tempo favoreceu a discriminação racial inferiorizando os negros e seus descendentes. Com a interferência de militantes do Movimento Negro e a interação de estudiosos nas pesquisas históricas que tange a educação, e o conhecimento do continente africano e dos africanos, é que a educação vai tomando proporções diferente a respeito do negro. Como bem informa:

Refletir sobre os valores que estão por detrás de uma prática como citamos anteriormente nos leva a pensar que não basta apenas lermos o documento de “Pluralidade Cultural”, ou analisarmos o material didático, ou discutirmos sobre as questões curriculares presentes na escola se não tocarmos de maneira séria no campo dos valores, das representações sobre o negro (...) (GOMES, 2005, p. 150).

O pertencimento étnico-racial faz perceber e valorizar as temáticas oferecidas pela escola diante de um conhecimento sócio histórico da própria cultura. Moura (2009), esclarece que os jovens precisam de interação com a proposta pedagógica da escola, o Projeto Político Pedagógico é claro quando fala dessa participação, assim, a questão pedagógica que envolve toda comunidade escolar deve inserir atividades de envolvimento temático étnico-racial. É nessa perspectiva que os docentes irão disseminar o respeito e a tolerância.

A autora revela que as relações sociais podem promover práticas satisfatórias no favorecimento da autonomia, sendo uma relação de sucesso ao desdobramento da relação étnico-racial. A organização estrutural da instituição escolar, deve promover mudanças na forma pejorativa como os jovens estudantes negros se veem, como lidam e se posicionam no mundo. Assim a autora diz:

Dessa forma, a escola voltada à educação de jovens e adultos é um espaço de confronto de cultura, podendo promover, em muitos casos, um processo de domesticação dos membros dos grupos pouco ou não escolarizados na direção de conformá-los e impô-los um padrão dominante de funcionamento intelectual e estético, ou promover, como qualquer situação de interação social, um local de encontro de especificidades, nos quais os jovens e adultos possam ressignificar seus saberes, sua cultura, sua estética (MOURA, 2009, p. 50-51).

A escolarização dos jovens amparada pela Lei 10.639/03, que obriga a

inclusão cultura afro-brasileira currículo escolar, deve estar associada aos recursos tecnológicos atendendo a demanda no espaço contemporâneo. Segundo Oliveira (2014), os filmes que envolvem a temática africana, levanta questões relevantes e contextualizações para o estudo do continente, sendo um instrumento que articula e envolve a ação dos profissionais da escola. Esse recurso facilita o entendimento e a percepção imediata sobre o conhecimento do indivíduo, com isto, o docente pode explorar essa tecnologia para dinamizar as aulas:

O filme, quando associado a outras leituras, e com a mediação do professor, adquire a capacidade de promover a simiose entre o cotidiano e o científico. Com as mais diversas abordagens de conteúdos culturais, econômicos, sociais e políticos, nos permite a interpretação dos fatos, a comparação entre diferentes grupos e a narrativa contextualizada de aspectos que envolvem o continente africano em sua complexidade, nos expondo o quanto desconhecemos esta parte do planeta e o quanto precisamos saber sobre ela (OLIVEIRA, 2014, p.14).

A escola ainda mantém uma certa distância com relação a abertura da dinâmica afro-brasileira, quando só responde a essa temática no dia 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra”. Gomes oferece a seguinte sugestão para o trabalho da temática:

Uma outra proposta de trabalho para a diversidade étnico-racial e quem pode ser considerada como uma estratégia de combate ao racismo no interior da escola refere-se à organização de trabalhos conjuntos entre diferentes instituições escolares que estejam realizando trabalhos interessantes com a questão racial (GOMES, 2005, p. 153).

Os afrodescendentes ainda têm direitos negados, mesmo com as mudanças sociais e políticas ocorridas no processo histórico brasileiro. Dessa forma, acredita-se que a educação e a inserção nos currículos escolares dessas disciplinas contribuem para construção de estratégias de lutas para diminuição dessas desigualdades. Nesse contexto, parte das explicações sobre o aumento do ódio e da discriminação que vem sendo agravados nos anos recentes deve ser buscada também na falta de oportunidades e de acesso proporcionado à população negra. Campello (2017). O autor ainda destaca que:

(...) o indicador “população de 15 a 17 anos na série compatível com a idade escolar” é adequado para captar transformações na educação. Entre os jovens negros houve um crescimento de 17%, entre 2002 e 2015, com novos 1,8 milhão de estudantes na escola na idade certa. Brasil tem 3,3 milhões de jovens negros no ensino médio na idade certa, superando alunos brancos. Ao se defrontar com essa

positiva ampliação, há de se resgatar que é possível desconstituir a naturalização do fracasso escolar dos pobres e negros enquanto um processo coletivo e amplo (CAMPELLO, 2017, p.47).

A desigualdade social parte da segregação, sendo observada na distribuição de renda e de bens, revelando privilégios para determinados grupos que ocupa posição considerada distinta na sociedade. O cenário de discriminação vem tomando outro formato diante dos direitos adquiridos pelos negros:

Em 2002, entre a população branca, 12 milhões de lares tinham chefes de família com ensino fundamental completo, esse número chegava a 5,7 milhões entre os negros. A mudança neste cenário denota uma grande transformação para brancos e negros. Cresce em 207% os chefes de famílias negras que concluem o ensino fundamental. O hiato nessa situação foi reduzido. Do ponto de vista de uma trajetória histórica, o país leva mais de 500 anos para garantir que 5,7 milhões de lares tenham, entre os seus responsáveis, pessoas que atingiram o ensino fundamental completo. Em apenas 13 anos são incluídas 11,8 milhões de pessoas de referência com esse grau de escolaridade (CAMPELLO, 2017, p. 50).

Para de fato garantir esses direitos Sá (2017), fala da importância da conscientização e que essa, permite a promoção e discursões sobre religião, gênero, arte, e música relacionada a população negra. Tudo isso ajuda no despertar de uma autoestima que foi esquecida, de uma identidade abandonada, na busca de valores que aproxime a comunidade negra. Como afirma Freire: “A própria ‘miopia’ que nos acomete dificulta a percepção mais clara, mais nítida da sombra” (FREIRE, 1996, p.126).

Os direitos conquistados causam impacto positivo na vivência dos menos favorecidos quando programas sociais são mais atuantes na sociedade, além de minimizar a desigualdade social valoriza a qualidade de vida. Campello mostra tentativas de solução quando fala:

1. Programas Bolsa Família e Saúde da Família juntos reduzem a mortalidade infantil causada por diarreia em 46%. (RASELLA et al., 2013).
2. A associação dos dois programas também é responsável pela redução de 58% das mortes de crianças causadas por desnutrição. (RASELLA et al., 2013).
3. Redução da prevalência de baixo peso ao nascer. (SANTOS et al., 2013).
4. Redução em 51% do déficit de estatura das crianças até 5 anos, que indica “desnutrição crônica”, de acordo com a referência estabelecida pela Organização Mundial de Saúde. (JAIME, et al., 2014).

5. Risco de desnutrição das crianças que estão no Bolsa Família há mais de 4 anos cai à metade. (JAIME et al., 2014).
6. Taxa de identificação precoce de gestações de beneficiárias do Bolsa Família aumentou 57% após o início do pagamento do Benefício Variável para Gestante. (MS e MDS).
7. As crianças do Bolsa Família recebem o leite materno como único alimento até os 6 meses de vida em proporção maior do que as famílias não beneficiárias. (MS).
8. Verificada redução substancial de taxas de internação hospitalar em crianças menores de cinco anos. (FACCHINI et al., 2013).
9. Relação entre a alta cobertura do Programa Bolsa Família e redução de 21% da taxa de detecção de hanseníase. (NERY et al. 2014).
10. Taxa de cura de 7% maior nos casos de tuberculose entre os beneficiários do Bolsa Família quando comparado aos não beneficiários. (CAMPELLO, 2017, p. 61).

Aqui também é importante salientar que, cinco anos após a aprovação da Lei nº10.639/03, esta é alterada pela Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. O objetivo foi dar visibilidade aos direitos dos povos indígenas, sendo assim, fica fomentado o dever das instituições em direcionar o conhecimento cultural e histórico das sociedades indígenas apagadas da história.

A modificação da Lei não altera os direitos dos negros, todavia é acrescentada a relação histórica cultural dos indígenas. Os povos indígenas assim como os negros, foram vítimas do sistema preconceituoso e discriminatório que permeia a sociedade brasileira até hoje. A escola por estar inserida no mesmo espaço que visualiza vários seguimentos culturais, é o lugar ideal para que também haja reflexão pedagógica, onde as aulas de História com o tema da escravidão negra africana e indígena não se limite, “a questão não está propriamente em explicar as massas, mas em dialogar com elas sobre sua ação” (FREIRE, 2011, p. 55).

2.3-Relações étnico-raciais na educação escolar das práticas Rede Municipal do Recife

Os movimentos sociais contribuem de forma significativa para a conquista de direitos antes negado ao negro. Santos (2005), considera que políticos de diversas tendências ideológicas de vários municípios e estados, cederam as reformas que regulamentam o sistema de ensino por conta da pressão dos movimentos sociais

negros. Esses movimentos em articulação com políticos de mais sensibilidade na questão racial brasileira, deu origem a Lei 10. 639/03.

O autor ainda afirma que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, reconheceu o significado da luta dos movimentos sociais negros identificando as discriminações e injustiças sociais cometidas contra os negros brasileiros. Essa forma de afirmação cultural foi incorporada nas escolas com interação as disciplinas no resgate sócio histórico da cultura afro-brasileira. Santos também mostra que:

Os movimentos sociais negros engajados na luta anti-racismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do acontecimento africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira (SANTOS, 2005, p.34).

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana determina que as instituições escolares municipais, devem integrar determinações educacionais, a fim de contemplar o currículo escolar com o conhecimento da cultura afro-brasileira. Sendo assim todas as unidades de ensino da Rede Municipal do Recife paulatinamente foram se adaptando a nova proposta pedagógica definida pela 10.639/03.

A Prefeitura do Recife acolheu projetos em favor da cultura afro-brasileira, no governo de João Paulo Lima e Silva (2001-08). A secretaria de educação junto com o GTERÊ, lançou um concurso de práticas pedagógicas, o curso de formação de professores do Recife, junto com professores e escolas da rede promoveram a prática da experiência pedagógica baseada na Lei 10.639/03. O projeto didático relata o passado e o presente de crianças, jovens e adultos, fazendo um reencontro com suas histórias e conhecimento de suas origens (RECIFE, 2008).

Sendo assim, a Rede Municipal do Recife se mostra bem atuante nessa época de acordo com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana:

Produzir e distribuir regionalmente materiais didáticos e para didáticos que atendam e valorize as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das Relações Étnico-Raciais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p.34).

O projeto didático vivenciado pela Rede Municipal do Recife, trouxe uma excelente ideia pedagógica no que corresponde a promoção da equidade racial na educação. O *portfólio* pedagógico sistematiza um conjunto de ideias positivas para agregar ao conhecimento do aluno, no que concerne a história da cultura afro-brasileira. Além de divulgar valores que têm como base o respeito a história dos negros no Brasil, reafirmam posturas para uma sociedade democrática e mais justa (RECIFE, 2008).

Assim a Rede Municipal do Recife caminha neste período de acordo com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, uma vez que o mesmo determina que:

Instituir nas secretarias municipais de educação equipes técnicas permanentes para os assuntos relacionados à diversidade, incluindo a educação das relações étnico-raciais, dotadas de constituições institucionais e recursos orçamentários para o atendimento das recomendações propostas neste plano (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p.34).

Trabalhar a questão étnico-racial nas escolas de forma interdisciplinar fornece um conhecimento amplo que historiciza a questão do preconceito, na perspectiva de erradicá-lo. Fantin (2013), exemplifica uma maneira de trabalhar com a temática na disciplina de geografia, levantando um aspecto histórico geográfico e corroborando com o importância do território que foi caracterizado por um viés político, que compreendia como normal e imprescindível o colonialismo.

A autora fala que o tema “colonialismo” não era discutido nos livros didáticos do começo do século XX, ao contrário, era aceito com tranquilidade. Da mesma maneira o método estatal colonialista era percebida como necessária para os colonizadores e o alargamento da produção capitalista. Para os colonos, os povos cuja civilização se posiciona em grau de inferioridade, sendo levados a pensar que estava sendo favorecido por determinada aprendizagem.

Esta metodologia está de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) quando este diz:

Apenas um ensino criador, que favoreça a integração entre a aprendizagem racional e estética dos alunos, poderá contribuir para o exercício conjunto complementar da razão e do sonho, no qual conhecer é também maravilhar-se, divertir-se, brincar com o desconhecido, arriscar hipóteses ousadas, trabalhar duro, esforçar-

se e alegrar-se com descobertas. Com o objetivo de relacionar a arte com a formação dos alunos do ensino fundamental, serão apresentadas algumas características do fenômeno artístico (BRASIL, 1997, p.27).

A educação escolar na Rede Municipal do Recife abrange a educação infantil, o ensino fundamental e a educação de jovens e adultos. Para construir uma abordagem na temática étnico-racial na educação infantil é preciso entender o cuidar e educar nessa etapa da educação. O Ministério da Educação, junto com a Secretaria de Formação Continuada, alfabetização e diversidade, fornecem orientações para o trabalho docente na prática pedagógica.

Falar em cuidado na educação infantil articula a importância e a ajuda que a criança precisa para se desenvolver em sua perfeição. Em completas extensões do cuidar e educar é necessário considerar a individualidade de cada criança com suas complexidades, nas dimensões das necessidades e desejos, lamentações no âmbito cultural, familiar e social. “Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

O amparo da criança alude o respeito a sua cultura, estética e comparecimento na sociedade. É evidente que criança que vivencia circunstância de discriminação com relação ao seu corpo pode não construir uma imagem positiva de si mesma. O preconceito sobre os cabelos e cor da pele deve ser alterado e desconstruído para oferecer espaço de um mundo positivo de amparo e respeito a criança negra. (SANTANA, 2006). A Base Nacional Curricular Comum explana bem o assunto quando relata que:

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola. (...) Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças. Ainda, é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, 36-37).

O educador é o intermediário entre o aluno e a sociedade, e é diante da convivência que ambos erguem um autoconhecimento com relação à autoestima, na construção dos valores e comportamentos sociais. Do ponto de vista de muitas culturas, tendo como modelo a africana, o procedimento para o conhecimento é idealizado como construção de uma vida, sendo relevante ajustar e zelar desde o nascimento até a maturidade.

A admiração pelos mais velhos é uma reverência que precisa ser cogitada com as crianças, constituindo ainda uma importância de destaque e seriedade na cultura afro-brasileira e africana. “o pluralismo religioso obriga-nos a pensar o campo religioso a partir da complexidade e da dinamicidade próprias dos desafios culturais existentes nas sociedades atuais” (SANCHEZ, 2010 p. 37).

A ancestralidade é o princípio que norteia a visão de mundo das populações africana e afro-brasileiras. A educadora é mediadora entre os alunos e o mundo, sendo assim tem papel importante e significativo na transformação social voltada para construir uma sociedade respeitosa (SANTANA, 2006).

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p.42).

Para entender a religiosidade na educação infantil, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, afirma que a educação escolar é laica, sendo da responsabilidade da família a formação religiosa da criança. No entanto, muitas vezes a religião na escola se apresenta como fator doutrinário ou inibidor de experiências no contexto escolar. Fato é que em muitas escolas existem sérios conflitos originado por essa questão, como as festas juninas, para citar como exemplo. Muitos alunos e alunas são impedidos pela família de participar destas festividades, em função da conotação religiosa que o evento traz. Em consequência, limitam a possibilidade de aprendizagem no conhecimento da diversidade cultural que o festejo proporciona (SANTANA, 2006).

(ROCHA; TRINDADE, 2006), faz referência ao ensino fundamental dizendo que é a segunda etapa da educação com o compromisso de apresentar para os alunos orientações pedagógicas antirracistas. Explicitar os compromissos que este nível poderá assumir, articulando seus objetivos com o atual referencial teórico sobre

a diversidade, respeito às diferenças e especificamente a educação das relações étnico-raciais e de gênero. “A luta das civilizações é somente um aspecto de luta das raças ou das classes econômicas no seio de uma sociedade de estrutura escravista” (BASTIDE, 1971 p.96). Visualizar as diferenças e articular as práticas pedagógicas, não somente é uma forma de respeito humano, mais uma forma de promover a igualdade. A BNCC contribui:

Legitimada pelo pacto interfederativo, nos termos da Lei nº 13.005/2014, que promulgou o PNE, a BNCC depende do adequado funcionamento do regime de colaboração para alcançar seus objetivos. Sua formulação, sob coordenação do MEC, contou com a participação dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios, depois de ampla consulta à comunidade educacional e à sociedade, conforme consta da apresentação do presente documento. Com a homologação da BNCC, as redes de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p.20).

A Rede Municipal do Recife vem trabalhando com propostas pedagógicas e projetos no processo de ensino e aprendizagem. Em 2002 cria uma versão preliminar da proposta “construindo competências” para formular a implementação indutora de políticas públicas na edificação de projetos sociais com sugestões pedagógicas para um melhor rumo para o Recife, com eixos que defende a ação de políticas públicas direcionadas para a inclusão, o respeito à diversidade na inserção de uma sociedade com justiça social. Esse documento auxilia o professor na prática de ensino aprendizagem, na contribuição do diálogo entre professores, gestores, assessores e equipe técnico-pedagógica. O fomento dessa relação pedagógica ainda explana que:

(...) se considera mais importante que o aluno saiba lidar com a informação e não simplesmente retê-la. Ele precisa saber porque está aprendendo e ter clareza em relação aos objetivos e ao processo educativo e como isto se articula com os processos da vida fora do contexto escolar (RECIFE, 2002, p.8).

Com essa articulação, a Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife vem se estruturando com as diretrizes de políticas educacionais:

A Política de Ensino do Recife tem, entre seus objetivos, favorecer a construção de um processo pedagógico, no qual os(as) estudantes das escolas municipais exerçam a autonomia intelectual, moral e social, bem como se integrem e contribuam com um projeto democrático de sociedade. Tendo em vista essas assertivas, a

Pedagogia de Projetos vem organizar o fazer pedagógico na perspectiva da formação de cidadãos(ãs) responsáveis e socialmente integrados(as) (RECIFE, 2015, p.78).

Por conta das mudanças sociais essas diretrizes curriculares fomentam metodologias fundamentadas, na responsabilidade da construção dos saberes do aluno voltado para a aprendizagem significativa. É com esse propósito que as estratégias de ensino atuam como agente transformador social para uma sociedade autônoma, consciente e crítica. “Seguindo esta linha de pensamento pode-se perceber que, para os alunos construírem competências, precisam mobilizar uma gama de saberes” (RECIFE, 2002, p.65).

A proposta pedagógica elaborada pela Rede Municipal do Recife impulsionou projetos pedagógicos voltados para o conhecimento e fortalecimento da cultura afro-brasileira, sendo perceptível do decorrer do tempo. O documento apontado mesmo fomentado antes da Lei 10. 639/03, menciona critérios relevantes ao que concerne a disciplina de história, a respeito do conhecimento sócio histórico da cultura brasileira. A citação abaixo mostra que o eixo temático de história durante o governo de 2002, na Rede Municipal do Recife, se aproxima das relações sociais e histórica mesmo de vigência anterior a lei.

A história é aqui compreendida como ciência, que através dos seus procedimentos de análise e dos conceitos utilizados, busca retratar o movimento das sociedades, compreender seus mecanismos e reconstruir os processos históricos. Compreende que a realidade é social, logo culturalmente construída e, desta forma, considerada as dimensões da pluralidade e da diversidade, tanto em relação aos sujeitos e grupos, como no que se refere aos temas tratados. (RECIFE, 2002, p. 83).

Souza (2009), relata que a história da África pouco se era falada nas escolas e alunos mais antigos só conheciam a África nas aulas de história, na parte da pré-história, mostrando o surgimento da humanidade e na história antiga, conhecendo o sistema de organização egípcio. Depois da Segunda Guerra Mundial o continente africano ainda é visto por gerações suscetíveis como espaço que abriga animais imponentes e grandiosos, relacionados em filmes infantis. O processo de mudança se deu no começo do século XXI, com o surgimento da Lei 10.639/03, possibilitando as instituições escolares através do ensino de história, romper com certos preconceitos. A Rede Municipal do Recife fomenta essa relação quando a Secretaria de Educação da cidade do Recife, define através de suas políticas públicas que:

(...) a história representa um tecido denso e complexo de múltiplas histórias que envolvem vivências cotidianas, modos de vida e pessoas comuns, expressões culturais diversas, sensibilidades, interesses modos de se relacionar e de compreender as relações entre pessoas (RECIFE, 2015, p.233-234).

Sendo assim a autora ainda destaca que professores que não tiveram acesso ao conhecimento da cultura afro-brasileira, teria necessidade de formação pedagógica no aprimoramento dessa temática. Além da renovação dos materiais didáticos voltados para o estudo dos negros. Essa mudança torna-se significativa quando:

Para mudar a forma como em geral lidamos com assuntos referentes à África e aos africanos, é indispensável conhecer um pouco acerca de suas realidades presentes e passadas. Antes de tudo, africanos que viveram processos históricos variados e que devem ser entendidos como parte da história da humanidade (SOUZA, 2009, p.92).

Gomes (2005), questiona professores quando faz perguntas desafiadoras a respeito da prática pedagógica voltada para o ensino e o conhecimento da diversidade étnico-racial. Com a democracia e os direitos de igualdade, não tem nenhum sentido a escola e os docentes ficarem omissos a essa questão. As relações étnico-raciais avançam com a interação nos currículos escolares quando existe o comprometimento coletivo de todas as esferas políticas e escolares.

A educação com formato de confrontação ao preconceito e a desigualdade social, recomenda organismos de atuação coletiva para rompimento de modelos discriminatório. Bezerra e Dantas (2007), esclarecem que uma educação antirracista tem como promover mudanças no pensamento pedagógico quando professores engajados no conhecimento histórico perpassam essas representações com o fortalecimento de atitudes humanas e respeitadas. Nesse sentido, o conceito de educação antirracista atende as representações afro-brasileiras.

Por outro lado, a Legislação Federal não mostrou empenho de excelência para aplicabilidade da mesma. Santos (2005), entende que indiretamente a Lei Federal é jogada para o ensino e aludido para os professores, dependendo do ensino para se trabalhar a história da cultura afro-brasileira. Essa Lei também não especifica o órgão adequado e responsável para trabalhar a implementação da Lei. É preciso não só melhorar a lei mais também:

É preciso uma pressão constante dos movimentos sociais negros e dos intelectuais engajados na luta antirracismo junto ao Estado

Brasileiro para que esta Lei não se transforme em letra morta do nosso sistema jurídico. Ou seja, é preciso mais do que nunca pressão sobre os governos municipais, estaduais e federais para que esta lei seja executável (SANTOS, 2005, p.35).

É de fato, muito importante o cuidado com a manutenção da Lei 10.639/03, sendo assim, a Rede Municipal do Recife tenta se aproximar da implementação e manutenção da mesma, quando elabora projetos pedagógicos que valoriza e interage com a cultura afro-brasileira. O GTERÊ e a participação dos movimentos negros foram de grande valia para a execução dessa prática, com tudo trouxe resgate sócio histórico para o conhecimento da cultura africana desde o período de colonização até os afro-brasileiros.

Reconhecer o trato das relações étnico raciais é preciso alterar os valores, a lógica, o tempo, a dinâmica e o espaço daquela escola. É muito importante desenvolver em sala de aula propostas no combate ao racismo e discriminação de todas as espécies, uma vez que a escola se apresenta como um recinto democrático de divulgação e produção de postura e conhecimentos que enxerga uma sociedade mais justa (RECIFE, 2008). Mesmo com projetos e formação pedagógica em volta dessa temática, ainda é frequente professores com receio de pautar esse assunto em sala de aula como relata Nascimento, talvez pelo preconceito religioso que foi introduzido ao longo do tempo pela sociedade.

As escolas, como reflexo de toda sociedade, têm apresentado dificuldades em debater sobre os preconceitos e discriminações raciais no seu interior. Como efeito, a cultura negra e as religiões afro-brasileiras continuam vistas como a história as tem representado (NASCIMENTO, 2017, p.97).

Entender que precisamos lutar para reconhecer melhorias através de políticas pública. É resgatar, valorizar, visibilizar traços culturais afro na dimensão histórica da sociedade brasileira. Sobretudo reconhecer o negro como protagonista do palco social advindo de uma história negligenciada. A ação do projeto portfólio realizado pelos professores da Rede Municipal do Recife, define bem essa vivencia quando a professora Tércia Regina da Silva da Escola Municipal Deputado Edson Cantarelli realiza uma discussão que chama atenção:

No início do projeto, os estudantes estavam divididos entre considerar adequado afirmar sua negritude ou negá-la. A ideia de pais mestiços, representando o nivelamento entre todas as diferenças, marcava significativamente o inconsciente e o imaginário dos estudantes. Na discussão inicial, alguns estudantes se auto

denominavam moreno-claro, moreno cor-de-jambo, ou diziam: “eu não sou negro, negro é ...”, entre outras falas (RECIFE, 2008, p.26).

É claro e notório a falta de orgulho, ao pertencimento afrodescendente de alguns alunos. Porém professores e instituições comprometidas devem fazer a diferença no trato dessa identidade, ao desenvolver a auto percepção na reconstrução positiva da imagem do negro.

Na tentativa do resgate ao prazer do pertencimento negro, a formação continuada da Secretaria de Educação do Recife, disponibilizou para os professores da rede uma equipe pedagógica preparada para ministrar aulas sobre a cultura afro-brasileira para os docentes da educação infantil, creches e CMEIS. As aulas de formação para os professores, gerou projetos com relatos e práticas vivenciadas nas escolas por professores e alunos. Como destaque o projeto “Relações Étnico-raciais na Educação Infantil”, da professora Auxiliadora Martins Tereza França, chamou atenção pelo tema abordado. Com subsidio teórico o projeto foi baseado na Lei 10.639/03, teve como norte a disseminação de princípio pedagógico para uma educação antirracista e a desconstrução do preconceito religioso (RECIFE, 2008).

A educação infantil é o ponto de partida para o trato do conhecimento da cultura afro-brasileira nos estabelecimentos escolares, logo é indispensável avançar na capacitação profissional dos professores que quando apoiados norteados são apropriados para promover condições de estratégias na batalha contra a discriminação racial. O ato de discriminar deve ser apontado e desativado das escolas, portanto o fracasso do preconceito oferece oportunidade o respeito e a tolerância religiosa.

As proposições e os conceitos, discutidos nas diversas matrizes, possuem, também, o objetivo de fortalecer o cotidiano escolar de modo qualitativo, auxiliando os(as) professores(as) a proporcionarem, de modo coletivo, um ambiente que estimule e possibilite os(as) estudantes a exercerem seus direitos sociais, conscientes de seu papel histórico na construção e reconstrução de um tecido social, nos quais a cultura, os conceitos científicos, as relações étnico-raciais, a sexualidade, a educação especial e inclusiva, as tecnologias e a cidadania ambiental, sejam discutidas e praticadas com humanismo (RECIFE, 2015, p. 20).

Os projetos pedagógicos desenvolvem dialogo no espaço escolar e pessoal dos participantes, é relevante que todos da comunidade escolar tenham participação ativa da produção do mesmo. Todavia essa pratica ainda não está presente em toda

Rede municipal do Recife, principalmente no que se refere ao conhecimento da cultura afro-brasileira. Mesmo com todo empenho da Secretaria de Educação que começou no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), ainda hoje existe uma lacuna perceptível no que diz respeito a essa temática.

É precioso perceber que um estabelecimento institucional transformador e com apoios teóricos bem pronunciados, brota informações acentuadas e significativas para a edificação de cidadão autônomo, crítico e consciente dos direitos e deveres definidos pela coletividade social. “É nesse sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladora da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 1996, p. 107). Sendo assim, a escola é um espaço de forças que leva o indivíduo a contribuir na luta por transformações, em diversos contextos e situações e na interação dos sujeitos nas farias formas de práticas e relações sociais (RECIFE, 2002).

No próximo capítulo trataremos de aspectos relevantes para o profissional de educação como desafios e avanços para o diálogo inter-religioso nas Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife. Iremos provocar reflexões através de entrevistas com professores, gestores e coordenadores da Rede Municipal do Recife.

3- O ENSINO RELIGIOSO: DESAFIOS E AVANÇOS NA FALA DOS INTERLOCUTORES

O verdadeiro mosaico de religiões viventes no Brasil precisa ser considerado como patrimônio dentro do acervo cultural para a liberdade de expressão religiosa. Uma educação religiosa e laica é aquela que entende as religiões como forma de proeminência humana, cada uma com suas peculiaridades e crenças.

Os conteúdos do ensino religioso proporcionados pelas escolas Públicas da Rede Municipal do Recife se propõem concordar com concepção interdisciplinar das informações, e dos princípios de estruturação curricular e da avaliação, que precisa levar como importância, a relação ativa entre informação e realidade.

Os órgãos colegiados nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino do Recife se constituem da seguinte forma: o Conselho Escolar, representado pela comunidade escolar sendo um órgão que fomenta as tomadas de decisões de natureza político-pedagógica e administrativa; o Conselho de Classe é composto por professores regentes, coordenador pedagógico, gestores e todos os profissionais responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem dos alunos. A fim de buscar estratégias para o desempenho satisfatório dos discentes, na constante busca de uma educação de excelência.

O convívio solidário e o respeito às diversidades são responsabilidades morais e éticas, garantindo a importância de que o fenômeno religioso é um elemento da identificação e da cultura de um grupo social, cuja informação deve promover a definição da consideração e da relação com o diferente. O Ensino Religioso precisa ser envolvido como parte complementar e integrante do desenvolvimento básico da vida escolar do cidadão, certificando o respeito à diferença cultural e religiosa da formação da nacionalidade brasileira. Geertz faz uma afirmação que remete ao que buscamos enfatizar:

Nossas ideias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais – na verdade, produtos manufaturados a partir de tendências, capacidade e disposições com a quais nascemos, e, não obstante, manufaturados. Chartres é feita de pedra e de vidro, mas não é apenas pedra e vidro, é uma catedral, e não somente uma catedral particular, construída num tempo particular por certos membros de uma sociedade particular (GEERTZ, 2015, p.36).

É dessa forma que o objetivo deste capítulo é, através de entrevista com

professores da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura do Recife, analisar a prática do ensino religioso e da obrigatoriedade do ensino da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

3.1 Mudança e transformação do ensino religioso diante da prática de ensino nas escolas públicas na rede municipal do Recife.

O ensino religioso, como área do conhecimento, promove uma prática docente adequada para o tratamento da mesma. O professor desta disciplina precisa ajustar para o educando, orientação para sensibilidade ao enigma à alteridade, ao abordar o conhecimento das tradições religiosas, a fim de permitir uma compreensão gradual de diferentes aspectos do fenômeno religioso, sem analogias, confrontação ou preconceito de qualquer espécie (SANTOS, 2009).

É relevante que a escola quando adotar a disciplina do ensino religioso, apresente na proposta curricular aspectos que contemplem conteúdos fundamentais da disciplina, enriquecendo e adaptando a canalização metodológica da forma mais ajustada possível que considere o currículo escolar formal e oculto. “Num pensar dialético, ação e mundo, mundo e ação, estão intimamente solidários” (FREIRE, 2011).

A postura do docente precisa ser transparente na exposição do conteúdo sobre diversidade religiosa, mostrar que o pluralismo religioso é um fator positivo, e não algo que seja apenas superando, mas verdadeiramente um bem, sendo um grande patrimônio cultural (SANCHEZ, 2010).

A instituição de ensino em seu caráter histórico sistematiza a informação acumulada ao longo do tempo, lançando uma junção de ideias em benfeitoria da humanidade. Na qualidade de modificar o conhecimento humano um apoio para a melhor convivência social, no aproveitamento de recursos pedagógicos. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, por questões éticas e religiosas, e pela própria natureza da escola, não é função dela aos educandos a adesão e vivência desses conhecimentos, enquanto princípio de conduta religiosa e confessional, já que esses são sempre propriedade de uma determinada religião.

A atual situação dos profissionais do ensino religioso abre um leque de ganho quando, mediante a abertura de cursos de formação específica em ciências da religião com habilitação em ensino religioso e mediante vasta produção e

publicação científica a partir de pesquisas e de eventos acadêmicos realizados em diferentes partes do país. Uma soma de esforços definidos e consolidados de forma coletiva, os conteúdos para o ensino religioso, habilitando e estabelecendo normas para a admissão de seus professores, em consonância com os demais profissionais da educação na educação básica (PCNS, 2009).

O ser humano está sempre em constantes conexões sociais, sendo relações que acontecem em diversos ambientes e momentos diferentes, construindo a história de vida em cada pessoa e está consecutivamente em constante metamorfose. “Quando nos tornamos conscientes desses atributos do ser humano, podemos dizer que há uma disponibilidade básica, comum às religiões, de uma atitude de busca transcendente” (SANTOS, 2009, p.6).

O desenvolvimento e a competência de compreender faz o homem ser mais apropriados para interagir e envolver as diversas histórias construídas pela humanidade: “o ser humano deve, na medida do possível, buscar satisfazer ambas as instâncias para encontrar a felicidade” (VASCONCELOS, 2017, p.31).

Em ambiente escolar o estudante entusiasma suas atividades e relevâncias, constrói e reconstrói teorias, se encontra através da reflexão e também se apropria da exposição da realidade, valida e comprova ideologias e opiniões, procura grupos como base para a convivência em sociedade, supera individualismo e consolida o acordo moral. O ensino religioso oportuniza o estudante a perceber a relação de fé, além de diversos métodos de perceber o transcendente com consigo mesmo, informações oferecidas no acontecimento da morte e vida. Por fim uma convergência com as afinidades de convívio mais amplo.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, compete a instituição situar o diálogo constante e inter-religioso sobre as diferentes visões de religião, não competindo nenhum tipo de proselitismo uma vez que o estado é laico. É admirável que os conceitos do transcendente e da base religiosa nos aparelhamentos humanos, oportunizem ao discente a leitura das diferentes tradições religiosas no cenário sociocultural (PCNS, 2009).

O ensino se aflora aqui em cultura como um termo amplo, no que acontecem no conjunto de ideias, aprendizados, das técnicas, dos emblemas e dos valores que só devem comunicar as novas gerações, para afiançar a reprodução de uma convivência social. Pelo meio da instrução, a humanidade apresenta aspectos variados que transmite comportamento de convívio adquirido no campo sócio

familiar (SAVIANI, 2008).

Na disciplina do ensino religioso é indispensável que o educador e o educando tenham o experimento pessoal de liberdade, como qualidade básica para inclusão libertadora no liberalismo social, político e cultural. E que se provoque para o exercício de valores na superação de limites, acendendo para alteridade e para responsabilidade da vida pessoal. É de grande seriedade essa independência, porque mesmo diante da aplaudida laicidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, o ensino da religião esteve presente pela aplicação da constância dos princípios sob o norte da igreja católica (PCN, 2009).

O respeito e o direito à cidadania autoriza um espaço de transformação no universo escolar e acadêmico no prosseguimento religioso, quando indicam atividades pedagógicas mais diversificadas e inclusas no o âmbito social. Para Junqueira, a admissão do ensino religioso no conjunto completo da educação, apontava tornar as relações do conhecimento mais solidárias e participativas, amparando para encontrar instrumentos dinâmicos na apreensão e ação transformadora do fato social, lado a lado dos valores fundamentais da vida (JUNQUEIRA, 2002).

O professor do ensino religioso da unidade escolar, é a pessoa que deve ter característica adequada para ministrar a disciplina. Essa característica se aplica não só ao conhecimento do ensino religioso como na prática de uma dinâmica plural e respeitosa para desencadear uma relação de diálogo abertos e construtivos entre os estudantes e professores, na perspectiva de promover o respeito a liberdade de expressão e a consciência de cada um (SANTOS, 2009).

Ao realizarmos entrevistas com professores da Rede Municipal do Recife percebemos que esta realidade nem sempre se faz presente na vivência dos educadores. Podemos exemplificar esse problema nas duas passagens abaixo:

Falo muito de Deus, faço oração e rezo com os alunos antes da aula e antes do lanche. Falo para os meus alunos que acreditar em deus é muito importante e faz bem para alma. Sou evangélica, mas não discrimino as outras religiões, mostro a paz e o amor ao próximo. Quando faço orações eles absorvem muito bem. Falo sempre de deus (JOANA, 2018).

Explico que devemos respeitar as pessoas, amar a família, os amigos. Eu penso que isso engloba religião, pois toda religião fala do amor às pessoas. Absorvem muito bem, quando falo de Jesus os alunos e os pais gostam bastante. Em dezembro sempre organizo apresentação artística sobre o nascimento de Jesus (ANA LÚCIA,

2018).

A Rede Municipal do Recife abrange a Educação infantil, o Ensino fundamental I e II e a Educação de Jovens e adultos. É bem visível a prática docente quando se refere ao ensino religioso nesses seguimentos da rede. Alguns profissionais, mesmo de forma não intencional, muitas vezes fazem proselitismo religioso como declarado acima.

O ensino religioso é hoje uma disciplina facultativa, porém, trabalhada pelos professores da Rede Pública Municipal do Recife. Dessa forma, é necessário que estejam preparados e conscientes da bagagem de conhecimento que devem carregar, isso cabe também, a prefeitura, investir em formação continuada para os docentes da rede.

Segundo Junqueira, “A presença do ensino religioso é considerada como uma manutenção da igreja junto ao estado e sobretudo como uma reedição do ‘padroado’ nos tempos modernos” (JUNQUEIRA 2002, p.44).

No decorrer da fala de nossos entrevistados é perceptível o fato de que a maioria não trabalha o ensino religioso propriamente dito, a exceção de um:

Sim, quando trabalho a Páscoa, o Natal e o dia da Consciência Negra, trabalho o ensino religioso indiretamente. Eu como professor de história me sinto capacitado para ministrar uma aula falando da diversidade religiosa. Falo sobre todas as religiões, sei que o número de alunos evangélicos é muito grande, mas não deixo de falar das outras religiões, mesmo sabendo que as religiões de matriz africana é sempre discriminada, mesmo assim falo. Falo sobre a cultura que faz o fenômeno religioso em nosso Brasil, a diversidade de expressões religiosas. No começo os alunos apresentam um pouco de discriminação, logo depois, interage bem. Falo bastante sobre o respeito religioso (ANTÔNIO, 2018).

Dois outros entrevistados declararam não trabalhar com o ensino religioso, mas que em alguns momentos falam das religiões, principalmente nas festas natalinas.

Não diretamente, mas em alguns momentos sim. Agora mesmo, esse mês de dezembro comemoramos o natal, então como gestora da escola faço reuniões com os professores para fazer o encerramento das aulas com uma apresentação natalina. Eu penso que falar de Jesus tem viés religioso. A maioria dos alunos são da igreja protestante, eles gostam de rezar, orar e cantar músicas evangélicas. É bem notório que os alunos apresentam preconceitos com relação as religiões de matriz africana, mas, eu faço a minha parte. Sempre converso com eles referente ao respeito as outras religiões (ANDRÉIA, 2018).

Outro entrevistado revela que a disciplina não é obrigatória, mostrando com essa resposta o conhecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sim, falo da Lei. Não a disciplina específica, pois não é obrigatória. Mas abordo as várias religiões em sala de aula. Falo sobre todas as religiões, os dogmas existentes em cada uma e suas especificidades, falo muito das religiões. Geralmente aulas expositivas, roda de conversas e debates. Dependendo do nível da turma passo alguns vídeos (CARLOS, 2018).

No espaço escolar, o ensino religioso pode ser avaliado, quanto ocasião excepcional no entrosamento sócio e cultural da história da cultura brasileira. É formidável que a escola colabore cultivando nos educandos a consciência crítica, tornando-os também apropriados para organizar informações intelectuais com atitudes de respeito recíproco as variedades de crenças presente em seu convívio.

3.2 Perspectivas de ações sobre questões Étnicas-Raciais e Religiosas presentes nas Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife.

A escola é um ambiente de coletividade que deve ser solidário, democrático e afável. A educação pública em especial, tem o comprometimento de direcionar e fomentar a informação científica partindo de relações sociais vivenciadas na ação histórica de cada sociedade. A instituição escolar carece de inserção forte e encorpada de assuntos relacionados à cultura brasileira.

Para Brandão (2005), a educação permanece em toda convivência coletiva, na família, na rua, no centro comunitário e na igreja, em qualquer relação de pessoas. A educação envolve o cotidiano das pessoas de maneira natural, principalmente ativa, além de entrar na relação comportamental de cada sujeito, sendo companheira na vida social quando adiciona os conhecimentos acadêmicos.

E é através da educação que conseguimos estabelecer o entendimento. O diálogo não é só um processo histórico, é a história de fato, historicizada e firmada pela sociedade. A sociedade que dialoga abrange as conquistas de identidade e direitos humanos construídos de forma crítica e consciente.

Os problemas sociais voltados para a intolerância com relação a crença do outro que afligem a sociedade brasileira, principalmente nas escolas públicas, implica em pensar igualmente, alunos e professores, em geral a comunidade escolar, a preocupação ao pensamento enquanto o conhecimento da cultura brasileira.

A religião está intrinsicamente ligada a cultura de um povo, sendo um fenômeno que traz transcendência ampla para vida cotidiana do mesmo. Grupos de formação étnica diferentes mostra relação peculiar na religião, para Durkheim (1996) os primeiros sistemas de representação surgido no mundo têm relação com a religião, faz analogia aos acontecimentos naturais e sociais, sendo notado na prática dos rituais sagrados. Diante desta percepção a religião se mostra como termo fundante de todas as sociedades humanas.

Quando no Brasil pensamos em intolerância religiosa a questão remete diretamente as religiões afro-brasileiras. A cultura e religiões afro-brasileiras são uma das bases da construção étnico racial da nossa sociedade, além da indígena e da europeia.

A relação da cultura religiosa de Portuguesa é ainda muito presente nas escolas. Quando professores absorvem e discutem relações religiosas, é perceptivelmente hegemônica da religião católica.

De modo geral o Cristianismo tem um apogeu muito forte nas escolas da Rede Municipal do Recife, não só pelo percurso histórico, mas pelo crescimento constante das religiões neopentecostais. Lemos (2017) aborda a questão da fé dos pentecostais, baseada na relação social, em que o envolvimento com a fé supera as instituições físicas e tradicionais do templo religioso. Assim revela a autora:

O trabalho religioso desenvolvido pelo grupo está inserido e adaptado ao espaço urbano, às condições disponíveis para representação de sua crença. Apesar do aparente caos que configura o ambiente em movimento e da grande circulação de pessoas, na verdade, torna-se uma vantagem para a propagação e emancipação do movimento. Nesse sentido, pessoas que afirmam “não dispor de tempo para ir à igreja”, encontram no culto do trem a possibilidade de presenciar e ouvir palavras e cânticos sagrados (LEMOS 2017, p.43).

A superação de confusões sociais conflituosas, determina que modos racistas devem ser notados de modo amplo, de maneira a abranger diversos segmentos da sociedade e dos estabelecimentos escolares, que estão à disposição da conscientização da sociedade. Na composição da disposição individual e coletiva para o respeito à pluralidade precisa abordar no sistema educacional elementos que proporcione importância às diferenças, para apreciar as sabedorias culturais da humanidade.

A sociedade brasileira é identificada pelo pluralismo cultural, visivelmente mesmo tendo progressos acontecidos, o negro ainda é a menor parte em profissões

de prestígio, isso precisa atrair a atenção da coletividade social para assumir ação na promoção da igualdade social. “Minha indignação não tem limite diante de tamanho abuso da verdade histórica. Estamos tratando aqui com um ato de pura e simples agressão à África e aos seus povos” (NASCIMENTO, 2016, p.203).

A partir implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio é que se começa a pensar, do ponto de vista pedagógico, como estas questões devem ser trabalhadas.

A organização do ensino fundamental, na Rede Municipal do Recife, foi definida na Instrução Normativa 15/2015 da secretaria de educação que instituiu o ciclo de alfabetização, formados por estudantes dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, e organizou em anos de escolarização, as turmas do 4º ao 9º ano.

Através das entrevistas percebemos que alguns professores da Rede Pública Municipal desconhecem a lei.10.639/03.

Essa lei, eu não tô muito bem lembrada, mas eu acho que ela me fala assim... acho que ela fala sobre a religião né? Mas eu não tô agora no momento lembrada não, na íntegra não. Não lembro dela. Você fala das religiões? Se surgir algum comentário de algum aluno que eu tenha... que eu tenha que falar para explicar das religiões e ...que eu tenha que interferir em alguma coisa, eu falo (MARIA DOS COELHOS, 2018)

Já na fala de outro entrevistado percebemos o desconhecimento uma vez que o mesmo diz:

Debates, apresentação de trabalhos pelos alunos e apresentação artística. Sim, essa lei fala da cultura afro-brasileira, não tenho certeza, mas acho que a cultura indígena também (ANTÔNIO, 2018).

Outros parecem ter bastante familiaridade com a mesma e falam com propriedade ao responderem as perguntas, até mesmo à professora Mickaelly que leciona na Educação Infantil e a lei não sendo obrigatória, mas sempre ressaltando estratégias para combater a discriminação e o preconceito:

Como eu trabalho com educação infantil, meu trabalho foi focar essa lei desde a educação infantil.
Sim, trabalho a lei (MICKAELLY, 2018).

Muitos ficam surpresos, pois tinham outras informações sobre o tema, conceitos geralmente preconceituosos e discriminatórios (CARLOS, 2018).

Já outros conhecem, porém, por ministrarem aulas a jovens e adultos na maior parte evangélicos, prefere não trabalhar a temática uma vez que acreditam que causarão polêmicas em sala. Vejamos:

Sim, além dessa lei, a gente no Recife tem os parâmetros curriculares de ensino, nos parâmetros têm a organização do ensino religioso. Na prática a gente não tem nem formação para os professores sobre o ensino religioso, nem uma estrutura para a gente trabalhar com ensino religioso. Eu trabalho com o EJA e grande parte do público é formado por pessoas evangélicas. Não trabalho porque acho que eles não irão olhar com bons olhos, quando na maioria são evangélicos, eles têm uma mente muito fechada para esse assunto, são na maioria evangélicos. Eles têm a mente muito fechada! (AMANDA, 2018).

Como podemos perceber, sua fala expressa uma crítica à formação continuada estabelecida pela Rede Municipal, que não fornece embasamento para realização do processo, apesar de estabelecer nos parâmetros curriculares a sua obrigatoriedade. Mas percebemos também uma certa acomodação por parte da professora ou falta de vontade de lidar com o tema.

3.3 Desafios: Relação professor / aluno / comunidade

As ações sociais vêm como um ajuste nos debates e na discussão a respeito da implementação de um conjunto de regras para combater e retificar a discriminação racial, e as arbitrariedades sociais atentadas contra estudantes e cidadãos brasileiros. Na fomentação do dever que professores, pedagogos e profissionais precisam ter com as instituições escolares, as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, apresenta ações reparadoras geradas pelo Estado. Por conta do sofrimento, dano psicológico, educativos e sociais aguentados pelo negro brasileiro, esse documento busca reparação às lesões e perdas causadas aos negros e descendentes.

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afro-descendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade (MINISTÉRIO, 2005, p.10).

Com o encaminhamento das diretrizes curriculares, o governo federal assume o compromisso de destravar os impasses que impede a população negra brasileira de cumprir seu papel social de igualdade. Essas diretrizes nortearão a implementação de ações afirmativas nos Estados e Municípios além de Organizações Não- Governamentais. Se tratando da escola, o Ministério da Educação é parceiro e aliado para construir condições favoráveis e necessárias no cumprimento das diretrizes, colocando no cotidiano nacional a questão racial. O parecer é destinado aos estabelecimentos de ensino e a todos envolvidos com programas educacionais, tanto na execução como na avaliação de planos pedagógicos (MINISTÉRIO, 2005).

Para a concretização dessas diretrizes, foi feita diversas consultas desse parecer sobre o objetivo do mesmo, por meio de questionários e encaminhados, a militantes individualmente, aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e a grupo de movimento negro, para questionar e enriquecer os anseios das questões raciais, a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária. O parecer ainda descreve que:

Encaminharam-se em torno de mil questionários e o responderam individualmente ou em grupo de 250 mulheres e homens, entre crianças e adultos, com diferentes níveis de escolarização. Suas respostas trataram a importância de se tratarem problemas, dificuldades, dúvidas, antes mesmo de o parecer traçar orientações, indicações e normas (MINISTÉRIO, 2005, 10).

A educação tem papel significativo para promover a igualdade e integralidade dos cidadãos, no favorecimento da democracia e na formação de hábitos e valores que resgate o respeito e a permanência do comportamento de indivíduos que tragam referências positivas para a escola. Dessa forma a escola tenta desconstruir posturas racistas, preconceituosas e de exclusão que permearam o povo afro-brasileiro ao longo dos anos. A instituição da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, desenvolvida e trilhada pelo governo Federal junto com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), possibilita a transformação escolar através da Lei 10. 630/03. Logo assim resgada a construção histórica da sociedade brasileira que tem como base étnica a cultura afro-brasileira (MINISTÉRIO, 2005).

Por isso, a Seppir, no cumprimento de sua missão, considera importante estabelecer parcerias para o cumprimento desse desafio, que é, de uma vez por todas, combater o racismo e promover a

igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos que compõem a rica nação brasileira (MINISTÉRIO, 2005, p. 8).

O Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) tem projetado e divulgado documentos valiosos, além de materiais pedagógicos referente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Portanto, esse documento certifica e regulamenta a Lei 10.639/03, oferecendo uma resposta ao reconhecimento e valorização da identidade da população negra (RECIFE, 2014).

Sendo assim, a Rede Municipal de Ensino do Recife põe em prática no currículo escolar as questões como:

Construir ações educativas de combate ao racismo e à discriminação através da análise crítica da sociedade, tendo o entendimento que as consequências do racismo e da discriminação não atingem apenas os negros e os indígenas, possibilitando a construção de conhecimentos, atitudes e valores (RECIFE, 2014, p.63).

As instituições de ensino em parceria com os Estados e Municípios devem desenvolver programas de formação continuada para professores nos diferentes níveis de modalidades, formando professores capazes de buscar subsídios para a valorização das raízes africanas, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas. Formando profissionais capacitados para o combate ao preconceito. A resolução Nº1, de 17 de junho 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, vem agregar, fomentar e fortalecer esses valores. E mais adiante complementa:

§ 3º Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituída por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de antes federativo e seus respectivos sistemas (MINISTÉRIO, 2005, 31).

O Projeto Político Pedagógico tem como norte os Conselhos Escolares para discutir temas sobre a diversidade, no incentivo da participação de toda comunidade escolar: professores, funcionários e pais. A secretaria de Educação da rede Municipal do Recife oferece no calendário escolar oficial, dias específicos para rediscutir e reelaborar esse projeto. Essas ações fazem as escolas planejar e assumir um compromisso que abra um leque de possibilidades para a formação da

democracia, sendo essas responsabilidades voltadas para prática social em consonância com a Lei 10.639/03, a escola torna um espaço que dar visibilidade as questões de lutas sociais (RECIFE, 2014).

Para que as desigualdades raciais sejam questionadas e reconhecidas nas diversas esferas de governo dos Estados e dos Municípios. O Estatuto da Igualdade Racial Lei Nº 12. 288, de 20 de junho de 2010 expressa legítimas demandas da população negra para solidificar a contribuição e a valorização do povo negro na sociedade. O Estatuto mostra que a legislação antirracista não é simplesmente um pano de fundo para argumentar os interesses, a mesma lança parcerias com políticas públicas para o combate ao preconceito racial, garantindo a população oportunidades e direitos negados ao longo da história (BRASIL, 2010). Nas Disposições Preliminares é visto que:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidade, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL, 2010, p. 7).

O mesmo estatuto direcionado para a população negra define em seus capítulos, O Direito à Saúde, a Educação, a Cultura, Esporte e Lazer entre outros. Sendo esses direitos primordiais para o desenvolvimento do cidadão, para se incluir e inserir na sociedade como cidadão consciente dos seus direitos e deveres.

O preconceito e o racismo é um acontecimento de múltiplas fases, para abordar esse contexto com ações e políticas públicas é indispensável abarcar diversos seguimentos, como aponta Messias (2010, p. 329) “A transversalidade implica que para tratar de um fenômeno multifacetário como o racismo é preciso desenvolver políticas em todos os setores”.

A autora ainda revela que é de grande valia a contribuição das Políticas Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), sendo importante para a implementação de políticas públicas direcionadas a população negra. Na democratização, transversalidade e descentralização. A ação afirmativa deve definir a lei como plano de igualdade perante o direito igual para todos (MESSIAS, 2010).

A lei 10.639/03 se fomenta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Parâmetros Curriculares Nacionais e em outros vários seguimentos que norteiam a estrutura educacional do Brasil. Quando elaboramos nosso trabalho de campo junto aos Professores da Rede percebemos uma lacuna de conhecimento

por parte dos docentes, com relação ao conhecimento da lei. É preciso formação continuada, incentivo, e construção de políticas públicas acerca deste assunto.

A cultura afro-brasileira só será conhecida e respeitada, quando for falada com propriedade nas escolas, e isso só será colocado em prática com conhecimento. A disciplina de história carrega uma gama de contextos que o professor pode ter como referência, contudo, as outras disciplinas também podem oferecer embasamento científico para o conhecimento, cabe ao professor quando preparado usar o bom senso e ministrar as aulas de forma interdisciplinar.

O estudo da cultura afro-brasileira teve início a partir do século XIX como informa o antropólogo Vagner Gonçalves da Silva:

A tradição dos estudos indígenas, iniciada com as contribuições dos naturalistas estrangeiros, desenvolveu-se principalmente com a realização no século XIX das expedições científicas que tiveram por objetivo contatar e registrar aspectos da vida dos assim chamados “aborígenes” brasileiros. A segunda tradição, a dos estudos afro-brasileiros, teve início tardiamente em relação à primeira. Seu principal fundador, Raimundo Nina Rodrigues, só na última década do século XIX publicou suas investigações nas quais o negro era visto tanto do ponto de vista racial como de suas expressões religiosas. Com a decadência do paradigma racial essa tradição acabou por se afirmar principalmente no estudo deste segundo item. Dois nomes foram então seus grandes incentivadores: Artur Ramos, que procurou garantir um campo específico para o estudo do negro quando as primeiras universidades foram criadas, nos anos 30, e suas disciplinas oficiais instituídas, e Roger Bastide, que através da análise deste tema consolidou de vez esse campo abrindo as portas para as pesquisas institucionalizadas pelas universidades a partir dos anos 60 (SILVA, 2002, p.83).

O docente em sala de aula pode agenciar o conhecimento e entendimento da cultura afro-brasileira, porque proporciona fundamento histórico da mesma, essa cultura a meu ver, deve ser abordada quanto, riqueza cultural da sociedade brasileira, deste modo, irá diminuir a intolerância e o desrespeito religioso e o preconceito racial.

O ensino religioso deve experienciar o conhecimento do sagrado como extensão das vitórias científicas no alicerce das diferentes culturas. Sobre a questão, Junqueira afirma:

O respeito à pluralidade religiosa, assim como ao princípio básico da separação entre Estado e Igreja, impõem que o ensino religioso na escola pública seja tratado menos como “ensino da religião” ou “ensino das religiões” e mais como ensino de conceitos que ajudam as crianças, o adolescente e o jovem a compreender a importância ou não de abraçar ou não uma religião, como forma de encontrar

respostas para indagações que formam parte indissociável do “vir a ser” de qualquer indivíduo (JUNQUEIRA 2002, p.58-59).

O ambiente escolar não irá alcançar os objetivos desejados, se não permanecer cuidadoso aos conteúdos aplicados nas disciplinas. A principal finalidade carece considerar o senso do coletivo e do mundial, o desejo a justiça, a paz e especialmente o respeito às pessoas, origens e laços na cultura de cada povo.

Na pesquisa de campo que realizamos, percebemos que a metodologia usada por professores da Rede Municipal da Prefeitura do Recife com relação ao ensino religioso é ainda um mosaico a ser montado. A professora Maria dos Coelhos é bem firme e segura, quando fala que, usa os símbolos do cristianismo como fonte de conhecimento religioso para os alunos.

Não, não trabalho já há muito tempo que a gente não trabalha mais religião em sala de aula. Não como, é... Curricular, no currículo, é, mais assim, tipo: quando é a páscoa, a gente fala da páscoa no sentido religioso, quando chega o natal em dezembro o nascimento de Jesus, então assim, a gente trabalha nesse período, religião mais voltada para essas datas só, É. Comemorativas.

A gente não coloca foco é... Numa religião, a gente fala do nascimento de Jesus. Jesus ele tá em todas as religiões, a gente não diz que Jesus é católico, evangélico, nem espírita, nem umbandista, a gente fala do natal, do nascimento de Jesus, e na páscoa, de todo aquele período: a quaresma, que um período que antecede, começa no período que antecede a quarta-feira de cinzas e vai até o domingo de páscoa que é o período do sofrimento de Jesus. Nesse sentido só, sempre focado em Jesus na vida dele, não especificamente religião.

Na páscoa a gente trabalha... Faz aquela, a ceia né, trabalha dramatizando né? Encenando o período da páscoa né? Aquele momento da ceia, as estações que tem, o calvário de Jesus. A gente geralmente trabalha dessa forma. E também assim, na parte com os pequeninhos, é coelhinho da páscoa, essas coisas né? Os símbolos da páscoa, também encenando, e no período de natal, a gente faz... trabalha desenho, pintura colagem, montagem com massinha, do presépio de natal (MARIA DOS COELHOS, 2018).

Já outras duas professoras, expressam em suas falas metodologias sem uso de proselitismo religioso, tentando atender as múltiplas religiões existente no Brasil.

Vejamos:

Olha, eu procuro sempre focar no o porquê é comemorada aquela data, a origem, como surgiu. O conhecimento mesmo, sempre assim. Olha eles observam, eles participam bem apesar que uma grande maioria ser da religião evangélica né? Eu observo bem isso, mais que eles têm interesse sempre no conhecimento e de absorver esse

conhecimento com interesse. Eu falo. Como eles vêm da maioria evangélica, eles têm curiosidade de conhecer e ver a diferença. Sempre que surge uma pergunta, uma curiosidade, eu tento esclarecer, mas, não tomando partido de nenhuma religião, só conhecimento mesmo para passar pra eles (MARIA CLARA, 20/11/2018).

A outra docente demonstra um conhecimento plural e diversificado a respeito do conhecimento religioso, respeitando as outras religiões e ainda, divulgando através do diálogo e interação, a diversidade religiosa existente na sociedade brasileira.

É... trabalho de forma não específica, é... considero, como é uma turma heterogenia diante da diversidade que nós nos encontramos, eu não posso de forma alguma focar em alguma religião, então é de forma diversificada, respeitando cada um deles né? Elevando a religião voltada para os valores éticos e morais. A evangélica, é uma grande bancada na sala de aula 98% dos alunos são formados por evangélicos. A evangélica que não pode faltar, o catolicismo, umbandista, é... espírita, a gente deixa bem claro que o espiritismo é bem diferente do umbandista. Existe espírita kardecistas e existe espíritas, então de todas as religiões eu falo, faço questão de abrir esse leque. Todas as religiões são pontuadas. Olha eles observam, eles participam bem apesar que uma grande maioria ser da religião evangélica né? Eu observo bem isso, mais que eles têm interesse sempre no conhecimento e de absorver esse conhecimento com interesse. Eu falo. Como eles vêm da maioria evangélica, eles têm curiosidade de conhecer e ver a diferença. Sempre que surge uma pergunta, uma curiosidade, eu tento esclarecer, mas, não tomando partido de nenhuma religião, só conhecimento mesmo para passar pra eles. Absorvem de forma bem tranquila, e assim, eu sinto, percebo neles uma evolução tão grande em relação a tolerância com as outras religiões. É muito interessante observar essa evolução deles, essa maturação deles para absorver, aceitar e tolerar, as demais religiões (LETÍCIA, 20/11/2018).

O discurso da professora reflete seu empenho e envolvimento com a atividade docente. Ela participa ativamente da formação continuada direcionada para os professores, oferecida pela prefeitura do Recife, além de ter uma formação acadêmica em história e especialização em ciências da religião pela Universidade Rural de Pernambuco. Certamente a experiência acadêmica da professora, permite que seu trabalho em sala de aula se expresse de forma qualificada e bastante diferenciada.

Além de indagarmos acerca da metodologia utilizada pelos professores, nossa abordagem de campo se propôs a estabelecer um diálogo informal com os professores da rede na intenção de verificar a relação entre educador, religião e

comunidade. Na fala de todos os professores é possível observar que os alunos da Rede Municipal do Recife, são em maior número evangélicos.

Três de nossos entrevistados demonstraram em seus discursos uma firme preocupação em conscientizar a comunidade escolar com relação ao conhecimento e respeito as diversidades religiosas.

Eu só toco no assunto de religião é... quando, na verdade tem a necessidade de mostrar que cada um tem sua religião e cito algumas e falo que a gente deve respeitar todas as religiões, devemos respeitar todas independente de ser igual ou diferente da gente, porque, na maioria da minha sala são evangélicos, aí eles acham que só eles são de deus! Que se não for evangélico eles criticam (MICHAELLY, 2018).

Falo sobre a diversidade religiosa que existe em nosso país, como cada qual surgiu e suas influencias na nossa cultura, além de ressaltar o respeito a diversidade religiosa (CARLOS, 21/11/2018).

Vídeos, debates, muitos debates. Inclusive, na atual conjuntura política é... nessa eleição foram feitos muitos debates e a turma ficou muito dividida, apesar de ter muitos evangélicos, sabe que o presidente eleito contou muito com essa bancada evangélica, mas, muito se pontuaram contra é... o atual presidente né? Então, assim, são muitos debates. Impressionante como surge do nada, nessa questão da religião. Estou sempre focando em músicas, textos, vídeos documentários, porque justamente nós temos essa porcentagem muito alta na comunidade, então se a gente não trabalha dessa forma, o preconceito vai reinar! Em relação as outras religiões, então o ano passado mesmo fizemos um trabalho de religião (LETÍCIA, 2018).

Nossa entrevistada acima, ainda reforça a explicação para os alunos, referindo que existem diversas religiões inclusive a umbandista. Dessa forma, a docente em sua aula, utiliza junto com a comunidade a interação da aprendizagem do que é religiões de matriz africana, percebendo assim a história da origem do povo Brasileiro. Dessa forma ela ressalta:

Vieram umbandistas para escola, vieram católicos, evangélicos. A gente tá sempre tentando é... diversificar a visão deles, abrir realmente a mente de forma politizada, respeitosa e tolerante com as outras religiões (LETÍCIA, 2018).

A maciça presença de evangélicos nas comunidades onde estão localizadas as escolas da Rede Municipal do Recife, talvez dificulte a explanação do assunto referente a cultura afro-brasileira, até porque alguns líderes religiosos de seguimento protestante, apresentam discursos que reforçam a demonização dessas religiões, estimulando dessa forma, a intolerância religiosa.

O Bispo Macedo (1990), é direto na fala que soa desconsideração cultural com relação às religiões espiritualistas quando fala que:

O povo brasileiro herdou das práticas religiosas dos índios nativos e dos escravos oriundos da África algumas “religiões” que vieram mais tarde a ser reforçada com doutrinas espiritualistas, esotéricas e tantas outras que tiveram mestres como Franz Anton Mesmer, Allan Kardeck e outros (...) Houve no decorrer dos séculos o sincretismo religioso, ou seja, uma mistura curiosa e diabólica de mitologia africana, mitologia indígena brasileira, espiritismo e cristianismo, que criou ou favoreceu o desenvolvimento de cultos fetichistas como a umbanda, a quimbanda e o candomblé (BEZERRA 1990, p.19).

Dessa forma, os discursos por parte de alguns líderes religiosos, muitas vezes ajudam de forma desastrosa no entendimento das relações culturais, estruturadas no percurso dos caminhos étnicos raciais construídos na humanidade e em espacial no Brasil. “A igreja evangélica tem experimentado um crescimento considerável, a ponto de chamar a atenção dos pesquisadores de diversas áreas acadêmicas” (OLIVEIRA 2015, p.106).

Alguns seguimentos religiosos firmam um olhar insensível a respeito da cultura afro-brasileira, incentivam a comunidade ao pensamento preconceituoso a respeito dos fatos históricos que apresenta na sociedade brasileira. Isso de uma certa forma, pode ser a explicação para tanta discriminação como relata uma das professoras:

É... na verdade eles já têm as opiniões formadas até porque, no domingo eles vão sempre para as escolas dominicais, para igreja com a mãe, eles acham que os únicos corretos que são de deus, são os evangélicos, os crentes. Já chegaram até a me perguntar se eu não era de deus, só porque eu não usava saia. (*risos*) (MICHAELLY, 2018).

O professor compromissado deve desconstruir esse conceito, para criar uma sociedade mais justa com cidadãos pensantes e críticos, consciente de seus direitos e deveres na tentativa de velar uma sociedade plural e respeitosa, conhecendo e valorizando o processo religioso, cultural e histórico que permeia a humanidade. “A maioria absoluta das aulas inclui um professor que fala geralmente auxiliado por um quadro ou por um texto didático” (KARNAL 2014, p.43). Na perspectiva de tornar as comunidades das Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, uma instituição de excelência pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um espaço propício para vivenciar a prática da diminuição do preconceito com relação a cultura afro-brasileira, por isso foi um dos cenários de estudo para a presente pesquisa.

Neste trabalho, pretendemos primeiramente contextualizar historicamente o panorama das Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, suas práticas de ensino aprendizagem com relação às religiões. Em seguida, estabelecemos uma discussão em torno dos diversos olhares sobre a Lei de Diretrizes e Bases e de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação no Brasil estabelecendo uma discussão de como as relações étnico-raciais na educação escolar são vivenciadas na Rede Municipal do Recife. Por fim, refletimos a prática do ensino religioso e da obrigatoriedade do ensino da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

É importante frisar que quando pensamos, no primeiro capítulo, no panorama das Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, suas práticas de ensino aprendizagem com relação às religiões; e no segundo, quando nos voltamos para a LDB e a DCN, sempre esteve presente as implicações que a Lei 10.639/2003 traria ao contexto geral da relação professor, aluno e comunidade com o conhecimento e interação da cultura afro-brasileira.

Portanto o ensino religioso foi abordado nesta pesquisa, através de fontes teóricas e bibliográficas, como também das entrevistas, que teve como ponto principal a relação professor, aluno e comunidade com o conhecimento e interação da cultura afro-brasileira.

Percebemos que as Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, têm uma prática de reflexão pedagógica sobre a lei 10.639/03. Uma série de medidas foram adotadas para garantir uma ressignificação do currículo escolar e estabelecer propostas para o conhecimento da história da África e do cenário afro-brasileiro.

Notamos na nossa investigação que a maior parte dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Recife praticam o protestantismo popular, fato que segundo os docentes, dificulta o trabalho de implementação da Lei, uma vez que muitos deles

já chegam de suas Igrejas com uma visão pré-concebida das religiões de matriz africana.

Por outro lado, ressaltamos que muitos docentes desconhecem a Lei e o entendimento da importância de uma história e cultura afro-brasileira nas escolas. E que aqueles que a conhecem e aplicam metodologias em sala de aula - que contribuam para diminuição do preconceito e o aumento do conhecimento da diversidade cultural e religiosa do Brasil - são os professores mais atuantes e inseridos nas formações continuadas fornecidas pela Rede Municipal de Ensino ou Engajados em movimentos políticos.

Podemos acrescentar que, no século XXI, a relação professor/aluno/comunidade parece ganhar mais autonomia para uma educação inclusiva e participativa na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Com este trabalho conhecemos um pouco da trajetória da legislação 10.639/03 entrelaçada com as questões sociais inseridas nos movimentos presente nas escolas e na sociedade brasileira.

As experiências vivenciadas e compartilhadas foram de grande valia, todavia impossível de mensurar a gratidão e aprendizado adquirido. Durante o tempo de regência foi percebido que os projetos e a atuação dos professores ainda se encontram distante da proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de acordo com a Lei 10.639/03. É notório que para trabalhar determinado assunto é preciso conhecê-lo bem, sendo assim, a inquietação foi o pano de fundo para a realização desta dissertação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

ALVES, Rubem. **Religião e repressão**. São Paulo: Edições Loyola; Teologia, 2005.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro. **Construindo a Auto-Estima da Criança Negra**. In: MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ANTUNES, Celso. **A Prática de Novos Saberes**. 2. Ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2009.

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações**. Trad. Maria Eloisa Capello e Olivia Krahenbuhl. São Paulo: Editora Pioneira, 1971.

BARTNIK, Helena Leomir de Souza. **Gestão educacional**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. **A Construção do Movimento Negro de Pernambuco na Construção da Lei Nº 10.639/03**. Educação, Escolarização e Identidade Negra: 10 anos de pesquisas sobre relações raciais no PPGE/UFPE. Ed. Universitária da UFPE/ Organizador Eliete Santiago, Delma Silva, Claudilene Silva. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 2010.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Paulo Freire. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BEZERRA, Edir Macedo. **Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?** Rio de Janeiro. Universal produções, 1990.

BEZERRA, Nielson da Silva; DANTAS, Silva Marques. **Educação Inclusiva: não-sexista, anti-racista e não-homofóbica. Respeitando as diferenças no Espaço escolar**. (Org) Nelson da Silva Bezerra. Recife, 2007.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma sociologia da religião**. Organização Luiz Roberto Benedetti; tradução José Carlos Barcelos. São Paulo: Paulus, 1985.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. **Os excluídos do interior**. (Org) Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Tradução: Magali de Castro. Revisão técnica: Guilherme João de F. Teixeira. Escritos de educação 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. (Org) Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Tradução: Magali de Castro. Escritos de educação 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura**. (Org) Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Tradução: Aparecida Joly Gouveia. Escritos de educação 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm > Acesso em 18 de dez de 2017.

BRASIL, **Estatuto da igualdade racial**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições técnicas, 2010.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 10. 639/03 de 9 de janeiro de 2003.

CALÇADE, Paula. **As taxas de analfabetismo ainda são altas no Brasil?** Nova Escola, 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/12398/as-taxas-de-analfabetismo-ainda-sao-altas-no-brasil>> Acesso em 22 de março de 2019.

CAMPELLO, Tereza. **Faces da Desigualdade no Brasil**: Um olhar sobre os que ficam para trás. Brasil: 2017. Brasil |2017.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **De xangô a candomblé**: Transformações no mundo afro-pernambucano. Revista HORIZONTE, ano 13, vol. 11, n 29, p.13-28, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175841.2013v11n29p13/5113>> Acesso em 15 dez. 2017

_____. **O combate ao Catimbó**: Práticas repressivas às religiões afro umbandistas nos anos trinta e quarenta. 2001. 315f. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

CARNEIRO, João Luiz. **Religiões afro-brasileiras**: uma construção teológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CAVALLEIRO, Eliana. Valores civilizatórios. Dimensões históricas para uma educação anti-racista. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CARVALHO, Ana Paula Cominde... [et al]. **Desigualdade de gênero, raça e etnia**. Curitiba: InterSaber, 2013.

CHAGAS, Valnir. Educação Brasileira: O ensino de 1º e 2º graus. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 1980.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL / **Ensino Religioso no Cenário a Educação Brasileira**. Brasília, Edições CNBB, 2007.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACÃO. Resolução nº 5 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre a oferta de ensino religioso nas escolas públicas integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco. Presidente: Antônio Inocêncio Lima. Diário Oficial do Estado, Pernambuco, 05 mai. 2006, p. 16-17.

CONSTRUIR NOTÍCIAS. Recife: MultiMarcas, a. 5, nº 28, maio/junho. 2006. Bimestral.

CONSTRUIR NOTÍCIAS. Recife: MultiMarcas, a. 07, nº 42, setembro/outubro. 2008. Bimestral.

CUNHA, Lídia Nunes. **Trajatória Negra na Educação Pública: Uma Abordagem Histórica a partir dos Anos 1920**. Educação, Escolarização e Identidade Negra: 10 anos de pesquisas sobre relações raciais no PPGE/UFPE. Ed. Universitária da UFPE/ Organizador Eliete Santiago, Delma Silva, Claudilene Silva. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **O golpe na educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

DOUGLAS, MARY. **Pureza e perigo ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Tradução de Sônia Pereira da Silva. Editora: Perspectiva, Rio de Janeiro, 1966.

DIALÓGO, Revista do Ensino Religioso. nº 77- fevereiro/abril, 2015.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EDUCAÇÃO básica: Coletânea de Legislação. Brasília: Senado Federal, 2017.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

FANTIN, Maria Eneida. **Metodologia do ensino da geografia**. Curitiba: InterSaber, 2013.

FONAPER, Colóquio Internacional Educação e Interculturalidade. Disponível em:

<<http://www.fonaper.com.br/noticia.php?id=2084%20hope%20pege>> Acesso em: 25 março de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 1996.

_____. Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 49 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** Olho d'água, 1997.< <http://forumeja.org.br/files/Professorasimtiano.pdf> > Acesso em 9 de maio de 2019.

_____. Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação da cultura.** Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnica de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GERSEM, dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler, 1961-64: uma escola democrática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GOMES, Candido. **Darcy Ribeiro.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora: Massangana, 2010.

GOMES, Nilda Lino. **Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Ação** In: MUNANGA, Kabengele (org). Superando o Racismo na escola. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa.** In, FERREIRA, Deslandes, GOMES, Romeu e MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JUNHO, Yago. SOCIOLOGIA. São Paulo: EBR, a.8, n.69, fev./mar. 2016. Bimestral

JUNQUEIRA, Sergio. **O processo de ensino religioso no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002.

KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor.** São Paulo: Contexto, 2014.

LDB- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 10. 639/03 de 9 de janeiro de 2003.

LEMOS Fernanda. **Pentecostalismo em movimento**: o (não) lugar religioso na modernidade. Curitiba: Editora Prisma, 2017.

LÉVIS-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**: tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. 2. ed. São Paulo. Ed. Nacional, 1976.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectiva Histórica da Educação**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

MESSIAS, Elizama Pereira **A implementação das Políticas Educacionais de Promoção da Igualdade Racial na Cidade do Recife**. Educação, Escolarização e Identidade Negra: 10 anos de pesquisas sobre relações raciais no PPGE/UFPE. Ed. Universitária da UFPE/ Organizador Eliete Santiago, Delma Silva, Claudilene Silva. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Curricular Comum**: A Educação é a Base. CONSED: 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2º ed. São Paulo: Cortez, Brasília, 2011.

MOURA, Dayse Cabral de. **Práticas Discursivas na Educação de Jovens e Adultos: reflexões sobre a construção de identidades étnico-raciais**. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S. et al. (Org.). Educação e diversidade: estudos e pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2009.

MOTTA, Roberto. **Religiões Afro-Recifenses**. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson (org.). **Faces da Tradição Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro: Palhas; Salvador, BA: CEAO, 1999.

MUNANGA. kabengele. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Maria Cristina. **Políticas públicas com axé: religiões afro-brasileiras e a promoção da igualdade racial: (demandas para a educação do Recife)** Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitora Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado em Ciências da Religião, 2017.

NINA, Rodrigues Raymundo. **Os africanos no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1976.

OLIVEIRA, Érica Patrícia Barbosa de (Org.). **África: Estudos e Produção do Conhecimento no Ensino Médio.** Recife: PROEXT- UFPE; Ed. Universitária da UFPE, 2014.

OLIVEIRA, Irene Dias de. **Religião e as teias do multiculturalismo.** São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

OLIVEIRA, Ariene Gomes de. **A educação nos terreiros de Caruaru/Pernambuco: um encontro com a tradição africana através dos orixás.** 2014. 283 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) Centro Acadêmico do Agreste – UFPE, Caruaru, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** Mana vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131998000100003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 15 de dezembro 2018.

OLIVEIRA, Marco Davi. **A religião mais negra no Brasil: Por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?** Viçosa, MG: Ultimato, 2015.

OLIVEIRA, Rosalira Santos. **Guardiães da identidade?** As religiões afro brasileiras sob a ótica do movimento negro. Magistro - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas – UNIGRANRIO, v. 2, n.1, p. 50-68, 2011.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso / Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

PADEN, William E. **Interpretando o Sagrado: Modos de Conceber a Religião.** São Paulo: Paulinas, 2001.

PASSOS, Joana Célia dos. A educação de jovens e adultos e a promoção da igualdade racial no Brasil. In: AGUIAR, Maria Ângela da S. et al. (Org.). **Educação e diversidade: estudos e pesquisas**. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2009.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, jul./dez., 1999.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Tradução de Ivette Braga – 16 ed. Rio de Janeiro: Editora: José Olympio, 2002.

PILETTI, Claudino. **História da educação: de Confúcio a Paulo Freire/ Nelson Piletti**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____, Nelson. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Editora Ática 2003.

PRANDI, Reginaldo. **O Brasil com axé: Candomblé e Umbanda no mercado religioso**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 52, p.223-238, 2004.

_____. **As religiões afro-brasileiras e seus seguidores**. Civitas-Revista de Ciências Sociais v. 3, n. 1, p.15-33, jun., 2003.

RADIS comunicação em saúde. Povo em reconstrução: Na luta pela identidade perdida há 150 anos, xucurus resistem à perseguição implacável dos oligarcas. Rio de Janeiro: Radis nº 84 agosto de 2009.

RACISMO, A batalha Histórica Contra o Preconceito. 5º ed. São Paulo: On Line, 2016.

RECIFE, Prefeitura. Secretaria de Educação, Esporte e Lazer. Diretoria Geral de Ensino e Formação Docente. Diretoria Geral de tecnologia na Educação e Cidadania. **As Escolas do Recife Descobrimo-se Negras/ Ana Helena Gouveia do Santos (Org), Carmen Lúcia Bezerra andeira (Org), Elizangela Maria do Nascimento... [et al], Gerencia de Biblioteca e Formação de Leitores, GT- ERÊ. Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2008.**
(Série Portfólio Pedagógico, 2).

RECIFE, Prefeitura. Secretaria de Educação, Esporte e Lazer. Diretoria Geral de Ensino e Formação Docente. **Educação infantil no Recife: relatos e práticas do processo de formação continuada dos educadores/ Maria Izabel Oliveira de Moraes Vasconcelos (Org), Tarcyana Karla Gomes Ramos (Org), Gerencia da Educação Infantil – Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2008.**
(Caderno da Educação Municipal, 3).

_____, Prefeitura. Secretaria de Educação. **Políticas de Ensino da Rede Municipal do Recife**: subsídio para atualização curricular. 2º ed. Recife: 2014.

_____, Prefeitura. **Portal da Educação**: Projetos e ações. <<http://www.portaldaeducacao.recife.pe.gov.br/projetoseacoes>> Acesso em: 15 de novembro de 2019.

_____, Prefeitura. Secretaria de Educação. **Políticas de Ensino da Rede Municipal do Recife**: Ensino fundamental do 1º ao 9º ano. Currículo Revisto, considerando a Homologação da BNCC – dezembro de 2017. Recife: 2019. Disponível em: < Portal da Educação <http://www.portaldaeducacao.recife.pe.gov.br/> Acesso em: 01 de outubro de 2019.

_____, Prefeitura. Secretaria de Educação. **Políticas de Ensino da Rede Municipal do Recife**: ensino fundamental do 1º ao 9º ano. Recife: 2015.

_____, Prefeitura. Secretaria de Educação. **Proposta pedagógica da rede municipal de ensino do Recife**: Construindo competência, versão preliminar. Recife s. ed. 2002.

_____, Prefeitura. Secretaria de Educação. **Recife: 100 anos de escola pública Municipal**. Recife: 2000.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 15 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil** (1986-2010). Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

RIBEIRO, René. **Cultos afro-brasileiros do Recife**. Um estudo de ajustamento social. Recife: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco, 1952.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho; TRINDADE, Azoilda Loretto da. Ensino Fundamental. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

RÚDIO, Franz Victor. **Em busca de uma educação para fraternidade**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1983.

SÁ, Marcos Antônio Fontes de. **Diálogo Religião e cultura**. Ano XXII – nº88 – outubro/dezembro de 2017.

SALES JR. Ronaldo L. Políticas de Ancestralidade: negritude e africanidade na esfera pública. CAOS, In **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Número 14. setembro de 2009, p. 119 – 133. Disponível em:

<<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n14/7Pol%C3%ADticas%20de%20ancestralidade.pdf>>
Acesso em: 15 dez. 2017

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Pluralismo religioso**: as religiões no mundo atual 2º ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SANTANA, Patrícia Maria de Sousa. **Educação Infantil**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei Nº 10. 639/03 como Fruto da Luta Anti-Racista do Movimento Negro**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SANTOS, Silvana Fortaleza dos. **Ensino Religioso**: Uma perspectiva para educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Curitiba: Editora Ibpex, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **A Escola e Democracia**: Polêmicas do nosso tempo. 29 ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1995.

_____, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2.ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/ método no processo pedagógico. 2 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

SILVA, Claudilene. **A Questão Étnico-Racial na Sala de Aula**. Brasília: ANPED, 2006. Relatório de Pesquisa.

_____. Claudilene. **Professoras negras: construindo identidade e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CE. Educação, 2009.

_____. **O Processo de Implementação da Lei Nº 10.639/03 na Rede Municipal de Ensino do Recife**. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S. et al. (Org.). **Educação e diversidade: estudos e pesquisas**. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2009.

SILVA, Edson. **Expressões indígenas da cultura imaterial em Pernambuco**. In: Isabel Cristina Martins Guillen. (Org.). **Tradições & traduções: a cultura imaterial em Pernambuco**. 231 ed. Recife/Pe: Editora Universitária da UFPE, 2008.

SILVA, Maria José Lopes. **As Artes e a Diversidade Étnico-Cultural na Escola Básica** In: MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Religiões afro-brasileiras: construção e legitimação de um campo de saber acadêmico.** Revista USP, São Paulo, n. 55, p. 82-111, set./nov., 2002. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35147>> Acesso 15 dez. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais(org.).** Stuart Hall, Kathryn Woodward. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOARES, Marcelo; BERNARDO, Nairim. **20 anos da LDB: como a lei mudou a Educação.** Nova escola, 2016. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4693/20-anos-ldb-darcy-ribeiro-avancos-desafios-linha-do-tempo>. Acesso em 15 de dezembro 2017.

SOUZA, Mariná de Mello. **A Descoberta da África.** Raízes Africanas/ organizado por Luciano Figueiredo – Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

TAVOLARO, Lília Gonçalves Magalhães. **Raça, classe e cultura no contexto das políticas de ação afirmativa: um esforço teórico crítico a respeito da raça.** Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 287-298, jul./dez. 2010. Disponível em: < <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/670.pdf>> Acesso em 15 dez. 2017.

TEIXEIRA, Faustino. **O Lugar da Teologia nas Ciências da Religião** Faustino(orgанизador). A(s) ciência(s) da religião no Brasil: Afirmação de uma área acadêmica. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

VALLE, Luciana de Luca Dalla. **Metodologia da alfabetização.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

VASCONCELOS, José Antônio. **Metodologia do ensino da história.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

_____, José Antônio. **Fundamentos filosóficos da educação.** 2 ed. Curitiba: InterSaberes, 2017.

VENÂNCIO. José Carlos. **O fato africano: Elementos para uma sociologia da África-** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora: Massangana, 2009.